

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto Operacional**a) Informações gerais**

A Dexco S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o código DXCO3 na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Iniciou suas atividades em 1951, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial e participação do Bloco Seibel, que possui destacada atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Dexco S.A e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira), louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca) e pisos cerâmicos e cimentícios (Divisão Revestimentos). Conta atualmente com dezesseis unidades industriais no Brasil e três unidades industriais na Colômbia, através de sua controlada Dexco Colômbia S.A., mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiária comercial nos Estados Unidos.

A Divisão Madeira opera com quatro unidades industriais no País e três na Colômbia, responsáveis pela produção de painéis de MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF e HDF (painéis de média e alta densidade de fibra), com a Marca Duratex, pisos laminados da marca Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com oito unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários e chuveiros, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Hydra Corona.

A Divisão Revestimentos opera com quatro unidades industriais no País, responsáveis pela produção de revestimentos, com as marcas Ceusa, Portinari e Castelatto.

b) Principais eventos ocorridos em 2022**Aquisição da Castelatto Ltda.**

Em 02 de março de 2022, foi concluída a aquisição de 100% das quotas do capital social da Castelatto Ltda. Foram concluídas todas as condições precedentes, dentre elas a aprovação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Os resultados da Castelatto foram integrados aos da Dexco a partir de 1º de março de 2022.

Aporte de Capital na Caetex Florestal S.A

Em 27 de dezembro de 2022, a controlada Duratex Florestal LTDA, aportou capital na Caetex Florestal S.A., adquirindo 10% das ações do capital social, que somados às ações possuídas anteriormente, totalizou uma participação de 60%. Essa capitalização em conjunto com alterações procedidas no acordo de acionistas transformaram a sociedade de controle conjunto (*joint operation*) para a controlada, e conseqüentemente, seu balanço passou a ser consolidado integralmente no balanço do grupo.

Foram concluídas todas as condições precedentes, dentre elas a aprovação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Dexco S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de março de 2023.

d) COVID-19 “Coronavírus”

Durante o exercício de 2022, a Companhia manteve seu Comitê de Crise, gerenciando as iniciativas com o objetivo de minimizar os impactos à nossa comunidade e promover aos nossos colaboradores segurança sanitária e psicológica, por meio de protocolos rígidos, ações de conscientização e planos robustos de comunicação, que orientem constantemente sobre as medidas preventivas de combate ao coronavírus. Esse mesmo comitê continua monitorando os impactos econômicos desta pandemia que podem afetar seus resultados. Em 31 de dezembro de 2022, podemos destacar:

- (1) A Companhia não captou novos empréstimos que estejam relacionados à pandemia;
- (2) Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados, não havendo também, saldo de impostos prorrogados.
- (3) Não há saldo específico de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (1,9 milhão em 31 de dezembro de 2021) (nota 6), e não identificou necessidade de *impairment* de outros ativos.
- (4) A Companhia vem operando com todas as suas unidades industriais com nível de utilização superior ao registrado no período pré COVID.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas, e, análise e julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Foram preparadas seguindo o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.2 – Consolidação**2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: i) o acordo contratual com outros

detentores de voto da investida; ii) direitos originados de acordos contratuais; e iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Dexco S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda., Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A., Duratex North America Inc., Dexco Colombia S.A., Estrela do Sul Participações Ltda., Dexco Empreendimentos Ltda., Dexco Comércio de Produtos para Construção S.A., Trento Administração e Participações S.A., Duratex Europe N.V., Duratex Andina S.A.C., Viva Decora Internet S.A., e suas controladas indiretas: Castelatto Ltda (resultados consolidados a partir de 1 de março de 2022), Dexco Zona Franca S.A.S., Forestal Rio Grande S.A.S. e Caetex Florestal S.A. (consolidada integralmente a partir de dezembro de 2022, pela alteração contábil de controle em conjunto para controlada conforme nota 1b).

(b) Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(c) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido (em transações de capital com sócios), bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

2.2.2 – Pronunciamentos novos ou revisados em 2022

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de *hedge* de investimentos líquidos. Neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos;
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – *Impairment* de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

2.8 – Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades do Grupo. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando

aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Financeiras. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

A matriz de risco é revisada anualmente, no entanto, poderá ser reavaliada caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente é baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido é constituído.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimada.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar prontos, líquidos da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que é revisada ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC's).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 16. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas, surgidos do

reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excederem o total devido na data do relatório.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada e saúde

A Companhia e algumas de suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, 10 operadoras de saúde totalizavam 29.408 e 28.299 vidas respectivamente (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

Em relação a previdência privada, o plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis e contava em 31 de dezembro de 2022, com 4.662 participantes (5.064 participantes em 31 de dezembro 2021).

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferecia aos executivos plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), substituído em 2020 pelo ILP (Incentivos de Longo Prazo), segundo o qual recebeu os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas foi reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos foram prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) ILP – Incentivos de Longo Prazo

A Companhia oferece aos executivos um plano de incentivo de longo prazo da Companhia e de suas controladas (Plano ILP). O ILP tem por finalidade: i) estimular o compromisso dos executivos da Dexco no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da Companhia; ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da Companhia; e iii) proporcionar à Companhia, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado. Vide nota 32. São três tipos de ILPs, Performance shares, Matching e Ações Restritas.

(d) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*) e ILP (Incentivo de Longo Prazo).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Variação do valor justo dos ativos biológicos

São reconhecidas pela modificação de valoração dos volumes previstos em ponto de colheita, pelos preços atuais do mercado em função das estimativas de volumes.

2.21 – Arrendamentos

De acordo com CPC 06 (R2) – IFRS 16, um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

2.22 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e provisão para contingências, teste de *impairment* de ágio, benefícios de planos de previdência e saúde, entre outras.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

O Grupo adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 53,4 milhões (R\$ 33,2 milhões em 31 dezembro de 2021), líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 4,6 milhões (R\$ 4,3 milhões em 31 dezembro de 2021) líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (*impairment*) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

c) Benefícios de planos de previdência e saúde

O valor atual dos ativos/passivos relacionados a planos de previdência e saúde depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

d) Provisão para contingências

O Grupo constitui provisão para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias com base na avaliação da probabilidade de perda que é efetuada por seus consultores jurídicos. Os montantes contabilizados são atualizados e a Administração do Grupo acredita que as provisões constituídas até a data de fechamento são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em andamento.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, que são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro**4.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelos Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, Comitê de Finanças e Comissão de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

a) Contrato de NDF (Non Deliverable Forward)**NDF de dólar**

A Companhia não possuía contratos dessa modalidade na posição de 31 de dezembro de 2022.

b) Hedge de fluxo de Caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de hedge qualificáveis que são designados e qualificados como hedges de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na reserva de hedge de fluxo de caixa, limitada à variação acumulada do valor justo do item objeto de hedge desde o início do hedge. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado.

A Companhia possui oito contratos de derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, cujos vencimentos vão até fevereiro de 2038. Adicionalmente a Companhia é avalista de um contrato de derivativo de sua controlada Duratex Florestal Ltda., cujo vencimento final se dará em junho de 2032.

Esses derivativos têm como finalidade mitigar a exposição a indexadores de taxas juros (como o IPCA) e a exposição cambial de seus contratos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 3 contratos de derivativos, com valor nominal agregado de R\$ 697 milhões, designados como hedge de fluxo de caixa trocando taxas em IPCA + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em 96,25% do CDI.

A Companhia também possui 3 contratos de derivativos, com valor nominal agregado de R\$ 400 milhões, designados como hedge de fluxo de caixa trocando taxa prefixada + atualização monetária em IPCA (ponta ativa) por uma posição passiva média em 107,97% do CDI.

A controlada Duratex Florestal possui um contrato de swap designado como hedge de fluxo de caixa, com o valor nominal de R\$ 200 milhões, trocando taxa prefixada + atualização monetária em IPCA (ponta ativa) por uma posição passiva em 108,65% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 2 contratos de derivativos de valor nocional de US\$ 150 milhões designado como hedge de fluxo de caixa com posição ativa em dólar + taxa pré fixada e posição passiva média em reais de CDI + 1,4% aa.

c) Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas posições gera o valor de mercado.

	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Valor a pagar/ receber
I. Hedge de Fluxo de Caixa					
Posição Ativa					
IPCA +	1.097.000	509.901	1.069.415	511.253	(66.284)
Posição Passiva					
CDI	(1.097.000)	(509.901)	(1.135.699)	(508.933)	-
Posição Ativa - Controlada Duratex Florestal					
IPCA +	200.000	-	204.528	-	(8.180)
Posição Passiva - Controlada Duratex Florestal					
CDI	(200.000)	-	(212.708)	-	-
II. Hedge de Fluxo de Caixa					
Posição Ativa					
US\$ + Pré	835.313	-	769.822	-	(135.787)
Posição Passiva					
R\$ + CDI+	(835.313)	-	(905.609)	-	-
III. Contratos de Swaps					
Posição Ativa					
IPCA +	-	73.408	-	73.533	-
Posição Passiva					
CDI	-	(73.408)	-	(74.673)	-
IV. Contratos de Futuro (NDF)					
Compromisso de Venda					
NDF	-	144.333	-	145.626	-
Total					(210.251)

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos derivativos de dívida		
Ativo circulante	-	14.293
Ativo não circulante	33.023	-
Passivo circulante	(147.706)	-
Passivo não circulante	(95.568)	(4.849)
Total	(210.251)	9.444

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão registrados no resultado da Companhia e da sua controlada Duratex Florestal.

d) Teste de efetividade da contabilidade de hedge

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizados testes de eficácia que demonstraram que o programa de contabilidade de hedge implementado é efetivo, considerando a

relação econômica a partir da análise do hedge ratio, do efeito do risco de crédito envolvido no instrumento e objeto de hedge, e avaliação dos termos críticos.

e) Análise de sensibilidade

Considerando as aplicações, financiamentos e instrumentos derivativos existentes na Companhia, apresentamos a seguir a análise de sensibilidade das variações cambiais e de taxa de juros.

A empresa está exposta a risco cambial do dólar, assim como taxas em CDI. Para o cenário de sensibilidade adotamos as projeções para os próximos 12 meses de resultado e usamos como referência as curvas futuras da B3.

Instrumento/Operação	Indexador	Taxa média	Cenário Provável
Aplicações Financeiras	CDI	13,6%	162.272
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	CDI	13,6%	(410.247)
Empréstimos com SWAPs (IPCA para CDI)	CDI	13,8%	(178.418)
Empréstimos com SWAPs (US\$ e Taxa para R\$ e CDI)	CDI	14,0%	(123.670)
		Efeito Líquido	(550.063)

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido as alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das taxas.

a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem uma política financeira interna que estabelece as diretrizes, limites e parâmetros a serem observados na condução de suas atividades de forma a assegurar sua estabilidade e mitigar o risco de liquidez. Assim, a Companhia procura manter suas disponibilidades sempre superiores ao limite do caixa mínimo que é composto através do somatório de certas obrigações previstas para os próximos 3 meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento de determinados passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas informações contábeis financeiras:

31/12/2022	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	2024 e 2025	2026 a 2030	2031 em diante	Menos de 1 ano	2024 e 2025	2026 a 2030	2031 em diante
Empréstimos/ Debêntures	1.193.202	2.570.176	3.124.584	786.383	1.208.375	2.605.648	3.328.718	1.010.401
Fornecedores	972.389	-	-	-	1.230.423	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	39.477	-	-	-	5.232	-	-	-
Total	2.205.068	2.570.176	3.124.584	786.383	2.444.030	2.605.648	3.328.718	1.010.401

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A - Circulante	892.182	141.063	909.622	849.252
Empréstimos, financiamentos e debêntures	758.782	141.063	761.916	849.252
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	133.400	-	147.706	-
A.1 - Não Circulante	4.682.333	2.970.411	4.900.248	3.020.396
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.613.663	2.970.411	4.837.703	3.020.396
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	68.670	-	62.545	-
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.352.062	885.335	1.771.730	1.421.302
C=(A-B) Dívida líquida	4.222.453	2.226.139	4.038.140	2.448.346
D- Patrimônio líquido	5.872.185	5.733.581	5.961.407	5.734.911
C/D=Índice de alavancagem financeira	72%	39%	68%	43%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40(R1) / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Custo amortizado		Passivos financeiros		Designados a valor justo		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS								
Equivalentes de caixa	1.610.369	1.230.119	-	-	-	-	1.610.369	1.230.119
Contas a receber de clientes	1.372.680	1.407.630	-	-	-	-	1.372.680	1.407.630
Contas a receber de partes relacionadas	52.681	22.535	-	-	-	-	52.681	22.535
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	-	-	-	-	33.023	14.293	33.023	14.293
Depósitos vinculados	112.151	86.586	-	-	-	-	112.151	86.586
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	49.605	39.947	49.605	39.947
Total	3.147.881	2.746.870	-	-	82.628	54.240	3.230.509	2.801.110
PASSIVOS								
Empréstimos/ debêntures	-	-	5.599.619	3.794.975	-	74.673	5.599.619	3.869.648
Dividendos/JCP	-	-	206.001	3.059	-	-	206.001	3.059
Instrumentos financeiros derivativos de dívida	-	-	-	-	243.274	4.849	243.274	4.849
Total	-	-	5.805.620	3.798.034	243.274	79.522	6.048.894	3.877.556

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	54.555	38.325	89.538	75.672
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	71.823	115.511
Aplicações em renda fixa	-	-	10.937	36.801
Certificados de depósitos bancários e aplicações em compromissadas	1.297.507	847.010	1.599.432	1.193.318
Total	1.352.062	885.335	1.771.730	1.421.302

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários e aplicações em operações compromissadas, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média às taxas aproximadas ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Clientes no país	858.356	904.089	1.233.808	1.267.546
Clientes no exterior	92.219	101.063	191.700	213.784
<i>Impairment</i> no contas a receber de clientes	(39.511)	(54.473)	(52.828)	(73.700)
Total de clientes - Terceiros	911.064	950.679	1.372.680	1.407.630
Total de clientes - Partes Relacionadas	116.581	87.462	52.681	22.535
Total contas a receber	1.027.645	1.038.141	1.425.361	1.430.165

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Demonstrações Financeiras da Dexco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

Controladora								
31/12/2022								
A vencer	Vencidos					Impairment no contas a receber de	Total	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Cientes no país	787.457	36.219	8.199	5.227	4.132	17.122	(32.913)	825.443
Cientes no exterior	64.756	13.128	7.317	115	702	6.201	(6.598)	85.621
Partes relacionadas	52.396	8.419	1.278	9.582	21.498	23.408	-	116.581
Total	904.609	57.766	16.794	14.924	26.332	46.731	(39.511)	1.027.645
31/12/2021								
A vencer	Vencidos					Impairment no contas a receber de clientes	Total	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Cientes no país	794.342	56.802	10.429	6.105	4.361	32.050	(52.110)	851.979
Cientes no exterior	69.709	24.319	4.165	244	-	2.626	(2.363)	98.700
Partes relacionadas	65.358	6.470	4.048	1.764	5.296	4.526	-	87.462
Total	929.409	87.591	18.642	8.113	9.657	39.202	(54.473)	1.038.141
Consolidado								
31/12/2022								
A vencer	Vencidos					Impairment no contas a receber de	Total	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Cientes no país	1.124.898	43.639	12.987	10.448	12.115	29.721	(44.315)	1.189.493
Cientes no exterior	142.647	25.543	10.335	2.884	2.350	7.941	(8.513)	183.187
Partes relacionadas	51.089	119	977	335	161	-	-	52.681
Total	1.318.634	69.301	24.299	13.667	14.626	37.662	(52.828)	1.425.361
31/12/2021								
A vencer	Vencidos					Impairment no contas a receber de clientes	Total	
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Cientes no país	1.078.729	88.906	24.073	11.749	14.990	49.099	(68.209)	1.199.337
Cientes no exterior	160.273	34.592	9.825	2.858	1.035	5.201	(5.491)	208.293
Partes relacionadas	16.029	4.777	1.662	-	-	67	-	22.535
Total	1.255.031	128.275	35.560	14.607	16.025	54.367	(73.700)	1.430.165

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito para a venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito, informações de mercado e relatórios de *bureaus* de crédito.

A classificação de risco acontece com base nos modelos dos *bureaus* externos, tanto para mercado interno como para mercado externo, e está refletida na régua abaixo, de A a D, na qual A indica os clientes de mais baixo risco e D os clientes de mais alto risco.

A parcela de clientes com *impairment* em contas a receber (provisão para perdas de créditos esperadas) está classificada separadamente.

Classificação	31/12/2022	31/12/2021
A	30%	28%
B	17%	17%
C	49%	49%
D	1%	1%
<i>Impairment</i> no contas a receber	3%	5%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Apresentamos a seguir a movimentação do *impairment* nas contas a receber de clientes (provisão para perdas de crédito esperadas), de acordo com as diretrizes do IFRS 9 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(54.473)	(57.150)	(73.700)	(72.623)
(Constituição) reversão	(12.252)	(13.465)	(16.875)	(21.205)
Baixa de títulos	27.214	16.142	37.747	20.128
Saldo final	(39.511)	(54.473)	(52.828)	(73.700)

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	408.476	360.221	800.079	576.136
Matérias-primas	371.409	395.158	515.409	563.141
Produtos em elaboração	154.658	167.552	214.860	205.247
Almoxarifado geral	110.864	114.153	145.486	140.795
Adiantamentos a fornecedores (*)	47.215	25.123	5.467	13.919
Perda estimada na realização dos estoques (-)	(49.616)	(47.214)	(76.594)	(66.015)
Total	1.043.006	1.014.993	1.604.707	1.433.223

(*) No consolidado, foram eliminados os adiantamentos da Controladora para a Controlada Duratex Florestal Ltda.

Movimentação de perda estimada na realização dos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(47.214)	(40.164)	(66.015)	(58.181)
Constituições	(62.201)	(37.467)	(87.701)	(54.401)
Reversões	22.876	13.265	25.204	20.697
Baixas	36.923	17.152	50.815	25.249
Variação cambial	-	-	1.103	621
Saldo final	(49.616)	(47.214)	(76.594)	(66.015)

Nota 8 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundação Itaúsa Industrial (1)	2.946	5.993	2.946	5.993
Venda de fazendas/Imóveis e outros ativos (2)	4.336	12.900	21.703	43.972
Retenção de valores na aquisição de empresas	2.380	2.380	2.380	2.381
Sinistros a receber	1.119	8.064	1.143	8.073
Venda de energia elétrica	4.969	3.114	6.308	4.453
Demais valores a receber	705	5	5.671	8.437
Total Circulante	16.455	32.456	40.151	73.309
Fundação Itaúsa Industrial (1)	188	2.085	188	2.085
Venda de empresa controlada	13.271	13.271	13.271	13.271
Venda de fazendas/Imóveis (2)	1.902	7.238	3.348	15.911
Fomento nas operações florestais (3)	-	-	11.645	10.943
Ativos indenizáveis (4)	18.052	18.052	18.052	18.052
Retenção de valores na aquisição de empresas	49.778	48.091	64.419	48.310
Demais valores a receber	418	703	699	579
Total Não Circulante	83.609	89.440	111.622	109.151

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial;

(2) Saldos relativos as vendas de ativos imobilizados, principalmente de fazendas;

(3) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato;

(4) Valores contabilizados na aquisição das controladas Ceusa e Massima, relativos a direitos de receber dos ex-proprietários em caso de a Dexco ter desembolsos futuros oriundos da referida aquisição

Nota 9 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a compensar	115.032	82.970	142.172	113.387
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado (1)	12.101	10.042	19.652	16.089
PIS e COFINS a compensar	4.084	11.603	4.783	12.921
ICMS e IPI a recuperar	17.952	16.771	46.913	52.415
Outros	3.284	3.249	5.614	5.360
Total circulante	152.453	124.635	219.134	200.172
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado (1)	25.106	16.107	31.450	19.029
PIS e COFINS a compensar (2)	447.412	600.687	564.791	782.165
Total não circulante	472.518	616.794	596.241	801.194

(1) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

(2) Saldo preponderantemente representado pelos ajustes efetuados em 2021, relativos a exclusão do ICMS na base do pis e da cofins.

Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPCs/IFRS. As alíquotas

desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 35.178 de créditos detidos pela controlada Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.

O quadro abaixo demonstra os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, registrados em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	60.896	124.863	172.134	173.221
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	42.137	77.454	56.532
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	13.138	16.852	17.085	21.677
Provisões para perdas nos estoques	16.869	16.052	24.359	20.370
Provisão de comissões a pagar	1.083	2.015	2.358	3.898
Provisão Bônus promocionais	5.708	12.197	12.069	23.174
Provisões diversas	24.098	35.610	38.809	47.570
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	353.186	204.450	482.644	310.707
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	127.856	35.628	157.599	47.463
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	26.922	29.128	42.883	51.727
Provisões fiscais	20.179	18.592	29.931	28.335
Provisões cíveis	748	-	31.427	21.555
<i>Impairment</i> de imobilizado	32.880	31.374	62.371	57.050
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	8.176	6.999	11.107	10.050
Provisão para perdas em investimentos	2.890	492	2.890	492
Provisão sobre benefício pós emprego	9.943	8.377	12.334	12.852
Valor justo do Financiamento	-	177	-	725
Imposto de renda sobre lucros no exterior	64.295	55.921	64.295	55.921
Amortização sobre mais valia de ativos	17.423	16.583	17.423	16.583
Provisões diversas	1.923	1.179	7.792	7.954
Hedge de fluxo de caixa	39.951	-	42.592	-
Total de ativos de impostos diferidos	414.082	329.313	654.778	483.928
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(17.287)	(16.816)	(51.924)	(53.776)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(522)	(918)	(617)	(1.053)
Imposto de renda - depreciação acelerada	-	-	(42.102)	(31.386)
Ativo biológico	-	-	(258.263)	(113.162)
Carteira de clientes - Satipel	(12.429)	(19.886)	(12.429)	(19.886)
Carteira de clientes - outras investidas	(3.399)	-	(3.399)	(4.342)
Carteira de clientes Dexco Colômbia	-	-	(2.236)	(3.366)
Valor justo previdência complementar	(33.584)	(29.953)	(37.493)	(33.330)
Mais valia de ativos	(3.805)	(4.283)	(23.363)	(24.213)
Atualizações de depósitos judiciais	(9.571)	(6.697)	(21.016)	(17.194)
Hedge de fluxo de caixa	(426)	2.700	(426)	2.700
Outros	(6.907)	(10.614)	(25.517)	(22.884)
Total de passivos de impostos diferidos	(87.930)	(86.467)	(478.785)	(321.892)
Total líquido ativo diferido	326.152	242.846	381.969	294.868
Total líquido passivo diferido	-	-	(205.976)	(132.832)

Demonstrativo da realização estimada dos ativos de impostos diferidos:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	60.896	172.134
2024	33.328	40.507
2025	51.383	63.471
2026	91.816	107.436
2027	38.861	57.432
2028	32.937	52.066
2029	33.925	53.628
2030	34.943	55.237
2031	35.993	52.867
Total	414.082	654.778

A realização estimada dos ativos de impostos diferidos tem por base estudos elaborados pela Administração do Grupo, que demonstram a capacidade de cada uma das entidades detentoras dos respectivos créditos tributários em gerar resultados tributários futuros.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	242.846	162.036
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	37.627	(38.411)
Transferência de IRPJ no exterior	8.374	8.374
IR/CS referente benefício pós emprego(*)	838	145
IR/CS sobre Hedge de fluxo de caixa s/ empréstimos	36.825	39.466
Variação cambial na conversão de balanços de empresas no exterior(*)	(358)	4.383
Saldo em 31/12/2022 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	326.152	175.993

(*) Registrado como resultado abrangente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
No ativo não circulante	326.152	381.969
No passivo não circulante	-	(205.976)
Total	326.152	175.993

Nota 11 – Partes relacionadas

a) Saldos e operações com empresas controladas

Descrição	Controladas diretas													
	Duratex Florestal		Dexco Hydra Corona		Duratex Andina		Dexco Revestimentos Cerâmicos		Dexco Colômbia		Duratex North America		Duratex Europe	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo														
Clientes (1)	148	40	-	342	-	-	-	61	4.002	27.492	62.885	37.762	-	-
Valores a receber (2)	-	5.506	229	276	-	-	1.391	1.501	-	-	-	-	5.367	6.078
Mútuo c/ controladas (3)	-	-	-	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo														
Fornecedores (4)	31.353	33.153	7.676	19.124	-	56	-	-	448	210	-	52	-	-
Contas a pagar	99	1.304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado														
Vendas (5)	128	51	222	366	-	-	-	103	100.314	97.601	74.687	84.784	-	-
Compras (6)	(397.930)	(334.985)	(109.560)	(131.901)	-	-	(75)	(37)	-	-	-	-	-	-
Financeiro	-	(1)	-	5	-	(4)	-	8	(480)	1.201	(1.581)	3.267	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (5);

(2) Na controlada Duratex Europe, R\$ 5.367 referente venda de ações da controlada Duratex Belgium;

(3) Operações de mútuo realizadas em condições acordadas entre as partes com o objetivo de centralização de caixa;

(4) Valores a pagar principalmente pela aquisição de matéria prima ou produtos mencionados no item (6) e créditos a serem reembolsados para Peru, Estados Unidos e Colômbia;

(5) Fornecimentos de produtos no mercado interno, nos Estados Unidos, Canadá e Colômbia;

(6) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira (Duratex Florestal), aquisição de produtos linha Hydra para revenda e aquisição de produtos da linha Revestimentos para consumo.

Descrição	Controle Compartilhado	Coligada	
	LD Florestal (1)	LD Celulose (1)	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Clientes	-	3.135	770
Ativo biológico	1.916	60.534	37.986
Passivo			
Fornecedores	-	5.232	4.080
Contas a pagar	-	-	3.007
Resultado			
Vendas (2)	-	27.915	826
Compras	(1.916)	(2.492)	(1.013)

(1) Empresa não consolidada;

(2) Fornecimentos de produtos da Duratex Florestal, no mercado interno.

b) Saldos e operações com a controladora

Descrição	Itaúsa S.A.	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo		
Aluguel a pagar	357	262
Resultado		
Despesas de aluguel (*)	(4.770)	(4.722)

(*) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia.

c) Operações com coligadas – garantias prestadas

Complementarmente aos avais e fianças da nota 18.c, a Companhia, concedeu garantias em operações da sua coligada LD Celulose S.A. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de aval era de R\$ 2.977,5 milhões junto a vários bancos para financiamento.

d) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.		Ligna Florestal Ltda.	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Clientes (1)	49.546	21.733	-	-
Passivo				
Passivos de arrendamento partes relacionadas	-	-	34.226	31.786
Resultado				
Vendas (2)	261.686	187.799	-	-
Custos com arrendamentos (3)	-	-	(3.367)	(3.064)

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;

(2) Vendas no mercado interno;

(3) Referem-se aos custos com os contratos de arrendamento rural firmados pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esses arrendamentos totalizam R\$ 320, sendo R\$ 290 líquidos de PIS/COFINS, valores que são reajustados anualmente, conforme estabelecido em contrato. Tais contratos possuem vencimento em julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

DESCRIÇÃO	Itaú Unibanco		Itaú Corretora de Valores		Liquigás		XP Investimentos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo								
Aplicações financeiras (1)	28.534	14.551	-	-	-	-	5.958	-
Clientes (2)	-	32	-	-	-	-	-	-
Passivo								
Outros passivos (3)	17.500	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	419	-	-
Empréstimos (4)	622.589	546.010	-	-	-	-	-	-
Resultado								
Vendas (5)	-	975	-	-	-	-	-	-
Compras (6)	-	-	-	-	(3.255)	(3.469)	-	-
Rendimentos de aplicações (7)	750	1.315	-	-	-	-	4.879	1.523
Despesas financeiras (8)	-	(36)	-	-	-	-	-	-
Juros apropriados (9)	(76.579)	(30.566)	-	-	-	-	-	-
Despesas com escrituração de ações	-	-	(503)	(420)	-	-	-	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco e na XP Investimentos, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia;

(2) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;

(3) Prestação de serviços e pagamentos

(4) Empréstimo no Itaú Unibanco, efetuado nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração;

(5) Vendas no mercado interno

(6) Aquisição de gás para consumo interno;

(7) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1);

(8) Despesas com cobranças de títulos;

(9) Juros apropriados no exercício sobre empréstimo mencionado no item (4);

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e em conformidade com regras estabelecidas em Política específica, aprovada pelo Conselho de Administração.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 não houve a necessidade de constituição de *impairment* (provisão para perdas de crédito esperadas) envolvendo operações com partes relacionadas.

e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos executivos da Administração da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo 31 de dezembro de 2022 foi R\$ 20.495 (R\$ 19.236 em 31 de dezembro de 2021) de honorários, R\$ 16.993 como participações (R\$ 25.746 em 31 de dezembro de 2021). Remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações e ILP R\$ 12.355 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.758 em 31 de dezembro de 2021).

Nota 12 – Títulos e valores mobiliários

A Companhia criou um fundo de Corporate Venture Capital (“CVC”), denominado DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“DX Ventures”), para investimentos em *start-ups* e *scale-ups*, em múltiplos estágios de investimentos, com um primeiro aporte programado de R\$ 100.000.

A Companhia é a única cotista deste fundo e conta com o auxílio da Valetec, gestora de venture capital especializada. Por meio deste fundo, acompanha as macrotendências e transformação e inovação do setor de construção, reforma e decoração, através do desenvolvimento de negócios relevantes no longo prazo. Ainda, esta nova frente tem como objetivo mapear potenciais disrupções dos negócios e produtos, além de ser o veículo adequado para abordar oportunidades identificadas em seu core business. Até a emissão destas demonstrações financeiras foi realizado

desembolso para este fundo no montante de R\$ 48.061. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo deste investimento avaliado a valor justo é de R\$ 45.654 e R\$ 3.951 de outros investimentos.

Nota 13 – Investimentos em controladas

a) Movimentação dos investimentos

Descrição	Controladas diretas													Coligada	Controle Compartilhado	Total
	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Dexco Emprend.	Dexco Com. Prod.	Trento Adm. Part.	Duratex Europe	Griferia Sur	North America	Dexco Colombia	Dexco Hydra	Duratex Andina	Dexco Revestimentos	Viva Decora			
Acões/ quotas possuídas (Mil)	165	12	374	1.023	1	47	3.112	500	29.599.138	259.650	1.637	91	4.013	1.018.295	68.193	
Participação %	100,00	99,99	99,99	99,99	100,00	100,00	62,00	100,00	87,83	100,00	100,00	99,99	100,00	49,00	50,00	
Capital social	1.482.915	12	374	102.260	1	181	1.341	886	54.332	259.650	1.771	1.094.017	7.841	2.077.920	177.452	
Patrimônio líquido	1.811.525	299	888	102.212	1	60.927	497	14.487	484.278	263.001	1.757	1.459.500	101	3.106.442	147.491	
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	388.939	61	(118)	(48)	-	17.751	535	(5.389)	156.310	4.948	(130)	102.818	(4.845)	157.319	(44.889)	
Movimentação dos investimentos:																
Em 31 de dezembro de 2020	706.974	364	1.010	9	1	88.719	-	17.489	601.929	246.984	2.666	1.229.610	145	850.621	107.935	3.854.456
Resultado de Equivalência	40.310	(126)	7	-	-	11.573	(79)	2.379	103.048	37.496	(688)	155.803	(3.349)	(65.712)	(2.898)	277.764
Variação do resultado não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.537	-	-	-	-	-	1.537
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.250	-	-	3.250
Aumento de Capital	-	-	-	102.250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98.491	-	200.741
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	-	-	-	(7.172)	-	1.359	(45.868)	-	(61)	-	-	69.801	-	18.059
Variação s/ % de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	-	-	-	(24)
Equivalência patrimonial reflexa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.641	-	150.641
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	79	-	-	-	-	-	-	-	-	79
Amortização de mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(619)	(2.705)	-	(1.115)	-	-	-	(4.439)
Variação cambial sobre mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(445)	-	-	-	-	-	-	(445)
Ganho (perda) atuarial - movimentação PL	(1.611)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.953	-	1.170	-	-	-	2.512
Dividendos	(78.599)	-	-	-	-	(23.372)	-	-	(120.984)	-	-	-	-	-	-	(222.955)
Em 31 de dezembro de 2021	667.074	238	1.017	102.259	1	69.748	-	21.227	537.061	286.265	1.917	1.385.444	46	1.103.842	105.037	4.281.176
Resultado de Equivalência	388.939	61	(118)	(48)	-	17.751	127	(5.389)	137.294	4.948	(130)	102.812	(4.845)	77.086	(22.445)	696.043
Variação do resultado não realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(792)	-	-	-	-	-	(792)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	867	-	-	-	-	150.000	4.900	311.052	-	155.767
Aumento / Aporte de Capital	987.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.478)	-	1.298.052
Variação cambial sobre patrimônio líquido (reflexa)	-	-	-	-	-	(15.984)	-	(1.351)	(117.538)	-	(30)	-	-	90.834	-	(155.381)
Equivalência patrimonial reflexa	(15.359)	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-	78	-	-	-	75.542
Reversão de passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	(685)	-	-	-	-	-	(27)	-	-	(712)
Amortização de mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(368)	(1.520)	-	(8.002)	-	-	-	(9.890)
Variação cambial sobre mais valia de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(530)	-	-	-	-	-	-	(530)
Dividendos	(220.000)	-	-	-	-	(10.589)	-	-	(83.743)	-	-	-	-	-	-	(314.332)
Ganho (perda) atuarial - movimentação PL	1.264	-	-	-	-	-	-	-	-	(171)	-	253	-	-	-	1.346
Em 31 de dezembro de 2022	1.808.918	299	888	102.211	1	60.926	309	14.487	472.176	288.730	1.757	1.630.585	74	1.562.336	82.592	6.026.289

Descrição	Controladas indiretas			Coligada
	Dexco Colômbia	Castelatto Ltda.	Caetex Florestal	ABC da Construção
Acções/ quotas possuídas (Mil)	4.023.226		146.911	10
Participação %	11,94	100,00	60,00	10,00
Capital social	54.332	27.800	195.927	
Patrimônio líquido	484.278	36.539	220.335	208.870
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	156.310	8.469	41.634	(483)
Movimentação dos investimentos				
Em 31 de dezembro de 2020	75.002	-	-	-
Resultado de Equivalência	14.007	-	-	-
Varição cambial sobre patrimônio líquido	(6.394)	-	-	-
Aquisição de 10% das ações da ABC da Construção pela Dexco Comércio Prod.	-	-	-	102.250
Incorporada pela controlada Ceusa	-	-	-	-
Dividendos	(15.379)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	67.236	-	51.614	102.250
Aquisição de 100% das quotas	-	124.609	-	-
Aporte de capital	-	-	66.346	-
Resultado de equivalência	18.662	8.469	22.994	(48)
Dividendos	(11.445)	-	-	-
Varição cambial sobre patrimônio líquido	(16.632)	-	-	-
Varição s/ % de participação	-	-	2.677	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura transferido p/ intangível	-	(96.539)	(11.429)	-
Em 31 de dezembro de 2022	57.821	36.539	132.201	102.202

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia concedeu adiantamentos para futuro aumento de capital às suas controladas, ainda não capitalizados, no montante de: i) Viva Decora Internet S.A., no montante de R\$ 2.150, sendo R\$ 400 em 26 de agosto de 2022, R\$ 400 em 26 de setembro de 2022 R\$ 350 em 27 de outubro de 2022, R\$ 500 em 25 de novembro de 2022 e R\$ 500 em 05 de dezembro de 2022; e ii) Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. no montante de R\$ 150.000 em 10 de junho de 2022.

c) Aquisição “Castelatto” pela controlada Dexco Revestimentos Cerâmicos

Em 02 de março de 2022, foi concluída a aquisição de 100% das quotas do capital social da Castelatto LTDA., pela controlada Dexco Revestimentos Cerâmicos. Foram concluídas todas as condições precedentes, dentre elas a aprovação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Os resultados da Castelatto estão integrados aos da Dexco a partir de 01 de março de 2022. O valor da contraprestação paga/pagar foi de R\$ 124.609.

A aquisição das ações da “Castelatto” alinha-se à estratégia de crescimento da Companhia em segmentos sinérgicos aos negócios atuais.

Desde a data de aquisição, a Castelatto contribuiu para a Companhia com uma receita líquida de R\$ 80.830 e resultado de R\$ 8.469.

Em cumprimento ao CPC 15 (R1), a Companhia irá concluir a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em até 12 meses a contar da data da combinação de negócios.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos identificáveis da Castelatto, na data de aquisição é apresentado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa		7.394
Contas a receber de clientes		3.636
Estoques		6.632
Impostos e contribuições a recuperar		1.102
Outras contas a receber e demais créditos		1.422
IR/CS Diferidos		1.458
Imobilizado		29.668
Intangível		1.162
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(1.545)
Fornecedores		(3.150)
Contas a pagar e obrigações com pessoal		(17.779)
Impostos e contribuições		(1.930)
Acervo Líquido		28.070
<hr/>		
Contraprestação paga e a pagar na aquisição	100,00%	124.609
Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura)		96.539
<hr/>		
Fluxo de caixa no momento da aquisição		
Caixa líquido adquirido com a controlada		(7.394)
Caixa pago		113.202
Fluxo de saída de caixa, líquido		105.808

Os custos relacionados à aquisição de R\$ 703 foram reconhecidos na demonstração de resultado como despesas administrativas.

A Companhia espera ter benefícios fiscais futuros pela amortização do ágio e das mais valias reconhecidas nesta combinação de negócios.

O ágio de R\$ 96.539 compreende o valor dos benefícios futuros decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos é de R\$ 3.636 de curto prazo e não foram apuradas diferenças significativas entre os valores nominais e valores justos. Não houve perda por redução no valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes, e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente.

d) Aporte de Capital na Caetex Florestal S.A

Em 27 de dezembro de 2022, a controlada Duratex Florestal LTDA, aportou R\$ 34.359 de capital na Caetex Florestal S.A. e pagamento de R\$ 11.429 (R\$ 9.760 de efeito líquido no fluxo de caixa, sendo: R\$ 11.429 pagos menos R\$ 1.669 de caixa recebido), adquirindo 10% das ações do capital social, que somados as ações possuídas anteriormente, totalizou uma participação de 60%. Essa capitalização em conjunto com alterações procedidas no acordo de acionistas transformaram a sociedade de controle conjunto (joint operation) para a controlada, e consequentemente, seu balanço passou a ser consolidado integralmente no balanço do grupo.

Anteriormente ao enquadramento da Caetex como controlada, seus ativos, passivos, receitas e despesas eram contabilizadas no consolidado do Grupo, proporcionalmente aos interesses dos acionistas, de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 19 – Negócios em conjunto. Após a aquisição do controle pela Duratex Florestal, tal investimento passou a ser consolidado no balanço patrimonial do Grupo, destacando a participação do não controlador, conforme evidenciado na DMPL - demonstração das mutações do patrimônio líquido, no valor total de R\$ 88.135, sendo R\$ 9.061 sobre o resultado de 2022 e R\$ 79.074 de participação nas outras rubricas do patrimônio líquido consolidado.

Nota 14 – Imobilizado**a) Movimentação**

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	162.500	418.658	1.169.031	104.688	9.716	692	45.656	1.910.941
Aquisições	11	3.091	69.507	296.412	1.869	513	8.250	379.653
Baixas	(800)	(6)	(141)	(2.150)	(50)	(107)	(220)	(3.474)
Depreciações	-	(28.554)	(203.979)	-	(2.327)	(327)	(12.559)	(247.746)
Transferências	-	7.268	169.502	(180.782)	1.357	-	2.655	-
Saldo contábil, líquido em 31/12/2021	161.711	400.457	1.203.920	218.168	10.565	771	43.782	2.039.374
Saldo em 01 de janeiro de 2022	161.711	400.457	1.203.920	218.168	10.565	771	43.782	2.039.374
Aquisições	-	3.585	75.626	313.906	1.218	106	11.907	406.348
Baixas	-	-	(1.201)	(591)	(29)	(10)	(21)	(1.852)
Depreciações	-	(28.770)	(208.082)	-	(2.333)	(290)	(13.870)	(253.345)
Transferências	690	8.031	164.652	(178.251)	179	-	4.699	-
Saldo contábil, líquido	162.401	383.303	1.234.915	353.232	9.600	577	46.497	2.190.525
Saldo em 31/12/2022								
Custo	162.401	857.593	4.026.941	353.232	48.381	8.442	202.425	5.659.415
Depreciação acumulada	-	(474.290)	(2.792.026)	-	(38.781)	(7.865)	(155.928)	(3.468.890)
Saldo contábil, líquido	162.401	383.303	1.234.915	353.232	9.600	577	46.497	2.190.525

Consolidado	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	720.447	734.820	1.811.788	135.404	19.557	10.938	79.687	3.512.641
Aquisições	15.680	5.344	94.026	418.438	4.986	963	14.609	554.046
Baixas	(800)	(89)	(2.061)	(2.149)	(98)	(164)	(702)	(6.063)
Depreciações	-	(37.672)	(282.376)	-	(3.784)	(2.811)	(20.598)	(347.241)
Transferências	-	7.784	196.620	(211.949)	1.702	433	5.410	-
Amortização - Mais Valia	-	(1.054)	(1.907)	-	(19)	-	(840)	(3.820)
Varição cambial	(3.408)	(7.554)	(18.120)	(724)	(166)	(10)	(981)	(30.963)
Transferência para ativo circulante (*)	(35.076)	(14.073)	(530)	-	-	-	(475)	(50.154)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2021	696.843	687.506	1.797.440	339.020	22.178	9.349	76.110	3.628.446
Saldo em 01 de janeiro de 2022	696.843	687.506	1.797.440	339.020	22.178	9.349	76.110	3.628.446
Aquisições	14.564	4.641	99.677	592.188	2.720	517	18.143	732.450
Baixas	(3.702)	(2.652)	(11.265)	(1.407)	(611)	(77)	(616)	(20.330)
Depreciações	-	(37.764)	(290.188)	-	(4.017)	(2.729)	(22.074)	(356.772)
Transferências	1.056	23.050	235.450	(272.410)	-	3.780	9.074	-
Amortização - Mais Valia	-	(7.121)	(1.647)	-	(17)	-	(737)	(9.522)
Varição cambial	(7.909)	(14.736)	(32.918)	(6.330)	(273)	(96)	(1.870)	(64.132)
Aquisição de Controlada - Castelatto	-	-	26.626	923	447	-	1.672	29.668
Início de Consolidação - Caetex	-	224	9.921	36	76	1.176	96	11.529
Saldo contábil, líquido	700.852	653.148	1.833.096	652.020	20.503	11.920	79.798	3.951.337
Saldo em 31/12/2022								
Custo	700.852	1.197.368	5.230.499	652.020	68.504	42.092	292.736	8.184.071
Depreciação acumulada	-	(544.220)	(3.397.403)	-	(48.001)	(30.172)	(212.938)	(4.232.734)
Saldo contábil, líquido	700.852	653.148	1.833.096	652.020	20.503	11.920	79.798	3.951.337

(*) Refere-se a ativos transferidos durante período para ativos não circulante disponível para venda.

b) Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Itapetininga-SP, Uberaba - MG e Taquari - RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas de Queimados - RJ e Jundiá-SP para produção de louças sanitárias e de São Paulo - SP, Jundiá - SP e Jacareí - SP para produção de metais e Aracaju - SE para produção de chuveiros, (iii) em Revestimentos, plantas de Urussanga - SC, Criciúma - SC e futura unidade de Botucatu - SP para produção de revestimentos cerâmicos e (iv) na Florestal, nas plantas de Agudos - SP, Itapetininga - SP, Lençóis Paulista - SP, Taquari - RS e Uberaba - MG. Em 31 de dezembro de 2022, os contratos firmados para expansões totalizavam aproximadamente R\$ 716.840 (R\$ 363.555 em 31 de dezembro de 2021).

No exercício de 2022, não houve capitalização de juros no ativo imobilizado, principalmente pela não existência de ativos qualificáveis.

Taxas médias anuais de depreciação	31/12/2022
Construções e benfeitorias	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,3%
Móveis e utensílios	10,0%
Veículos	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%

c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 27 – ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação.

Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que o Grupo opera novas tecnologias, *benchmarking*, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;
- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;
- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía em seu ativo imobilizado, terrenos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$ 1.747 (R\$ 1.747 em 31 de dezembro de 2021).

Nota 15 – Arrendamentos

a) Ativos de direito de uso

Movimentação dos ativos de direito de uso.

	Controladora				Consolidado				
	Edifícios	Veículos	Outros	Total	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	8.918	746	11.375	21.039	299.758	15.086	2.501	21.126	338.471
Novos contratos	2.250	-	-	2.250	14.265	5.548	439	3.423	23.675
Atualizações	2.454	-	-	2.454	41.292	2.530	11	672	44.505
Depreciação no período (Resultado)	(5.192)	(351)	(1.978)	(7.521)	(949)	(7.604)	(1.933)	(7.152)	(17.638)
Depreciação no período (*)	-	-	-	-	(18.812)	-	-	-	(18.812)
Baixas de contratos	(2.045)	-	-	(2.045)	-	(2.045)	(31)	-	(2.076)
Variação cambial	-	-	-	-	(741)	-	-	(396)	(1.137)
Saldo em 31/12/2021	6.385	395	9.397	16.177	334.813	13.515	987	17.673	366.988
Novos contratos	-	482	31.063	31.545	110.711	-	7.055	44.575	162.341
Atualizações	143	56	-	199	122.198	143	96	577	123.014
Depreciação no período (Resultado)	(4.394)	(401)	(4.159)	(8.954)	(660)	(6.516)	(1.671)	(10.836)	(19.683)
Depreciação no período (*)	-	-	-	-	(25.392)	-	-	-	(25.392)
Baixas de contratos	-	(15)	-	(15)	(43.697)	-	(169)	(772)	(44.638)
Variação cambial	-	-	-	-	(1.374)	-	-	(754)	(2.128)
Saldo em 31/12/2022	2.134	517	36.301	38.952	496.599	7.142	6.298	50.463	560.502

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

b) Passivos de arrendamento

Movimentação dos passivos de arrendamento.

	Controladora				Consolidado				
	Edifícios	Veículos	Outros	Total	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	9.225	625	11.502	21.352	320.267	15.904	1.926	22.055	360.152
Novos contratos	2.250	-	-	2.250	14.265	5.548	439	3.423	23.675
Atualizações	2.454	-	-	2.454	41.292	2.530	11	672	44.505
Juros apropriados no período (Resultado)	742	41	1.073	1.856	2.142	1.467	133	1.888	5.630
Juros apropriados no período (*)	-	-	-	-	29.971	-	-	-	29.971
Baixa por pagamento	(5.939)	(323)	(2.633)	(8.895)	(43.685)	(8.664)	(1.614)	(8.987)	(62.950)
Baixas de contratos	(2.185)	-	-	(2.185)	-	(2.185)	(34)	-	(2.219)
Variação cambial	-	-	-	-	(821)	-	-	(434)	(1.255)
Saldo em 31/12/2021	6.547	343	9.942	16.832	363.431	14.600	861	18.617	397.509
Novos contratos	-	482	31.063	31.545	110.711	-	7.055	44.575	162.341
Atualizações	143	56	-	199	122.198	143	96	577	123.014
Juros apropriados no período (Resultado)	288	33	1.894	2.215	2.374	709	185	3.926	7.194
Juros apropriados no período (*)	-	-	-	-	46.429	-	-	-	46.429
Baixa por pagamento	(4.719)	(443)	(5.490)	(10.652)	(61.719)	(7.038)	(1.832)	(13.542)	(84.131)
Baixas de contratos	-	(16)	-	(16)	(46.522)	-	(176)	(834)	(47.532)
Variação cambial	-	-	-	-	(1.550)	-	-	(841)	(2.391)
Saldo em 31/12/2022	2.259	455	37.409	40.123	535.352	8.414	6.189	52.478	602.433 (*)

) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

A Companhia apurou despesa de R\$ 12.752, relativos aos arrendamentos com prazo de contrato inferiores a 12 meses.

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos dos Contratos	Taxa % a.a
Até 5 anos	12,05%
6 a 10 anos	12,40%
Acima de 10 anos	12,98%

Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2021	31/12/2021
2023	8.800	37.293	2022	7.012	25.794
Total circulante	8.800	37.293	Total circulante	7.012	25.794
2024	8.615	34.520	2023	3.204	19.734
2025	9.127	32.505	2024	2.401	16.435
2026	10.005	31.966	2025	2.319	15.571
2027	3.576	23.997	2026	1.896	15.115
2028	-	20.502	2027	-	16.076
2029 - 2033	-	95.163	2028 - 2032	-	52.741
2034 - 2038	-	68.108	2033 - 2037	-	32.803
2039 - 2048	-	136.420	2038 - 2047	-	93.397
Acima 2049	-	121.959	Acima 2048	-	109.843
Total não circulante	31.323	565.140	Total não circulante	9.820	371.715

c) Efeitos de inflação**Ativos de direito de uso**

Fluxo real	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso	67.245	35.515	679.957	466.949
Depreciação	(28.293)	(19.338)	(119.455)	(99.961)
	<u>38.952</u>	<u>16.177</u>	<u>560.502</u>	<u>366.988</u>

Fluxo inflacionado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso	99.247	45.977	1.996.042	1.773.872
Depreciação	(35.551)	(20.258)	(260.874)	(194.791)
	<u>63.696</u>	<u>25.719</u>	<u>1.735.168</u>	<u>1.579.081</u>

Passivos de arrendamento

Fluxo real	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento	50.599	19.861	1.518.953	1.064.922
Juros embutidos	(10.476)	(3.029)	(916.520)	(667.413)
	40.123	16.832	602.433	397.509

Fluxo inflacionado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento	84.285	33.977	4.204.004	3.801.311
Juros embutidos	(17.032)	(5.207)	(2.361.046)	(2.087.548)
	67.253	28.770	1.842.958	1.713.763

Nota 16 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém através de suas controladas Duratex Florestal Ltda., Dexco Colombia S.A. e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía aproximadamente 104,0 mil hectares em áreas de efetivo plantio (101,4 mil hectares em 31 de dezembro de 2021) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para as florestas com até um ano de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 8,4% a.a. em 31 de dezembro de 2022. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.
- ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos do Grupo, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistas no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de formação dos ativos biológicos	1.159.004	939.079
Diferencial entre custo e valor justo	757.629	329.569
Valor justo dos ativos biológicos	1.916.633	1.268.648

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.268.648	1.142.866
Variação do valor justo		
Preço volume	597.866	129.444
Exaustão	(169.806)	(116.256)
Variação do valor histórico		
Formação	466.069	301.649
Exaustão	(246.144)	(189.055)
Saldo total	1.916.633	1.268.648

Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

	31/12/2022	31/12/2021
Variação do valor justo	597.866	129.444
Exaustão do valor justo	(169.806)	(116.256)
Total efeito resultado	428.060	13.188

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' na demonstração do resultado.

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 86,12 /m³ (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 53,22 /m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 80,9 milhões.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 8,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022. Aumentos na taxa de desconto acarretam queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 7,0 milhões.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

Nota 17 – Intangível

Controladora	Software	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	87.546	47.905	95.967	231.418
Adições	60.151	-	-	60.151
Baixas	(2.859)	-	-	(2.859)
Amortizações	(11.965)	-	(24.707)	(36.672)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2021	132.873	47.905	71.260	252.038
Saldo inicial em 01/01/2022	132.873	47.905	71.260	252.038
Adições	64.125	-	-	64.125
Amortizações	(17.052)	-	(24.708)	(41.760)
Saldo contábil, líquido	179.946	47.905	46.552	274.403
Saldo em 31/12/2022				
Custo	291.363	47.905	383.698	722.966
Amortização acumulada	(111.417)	-	(337.146)	(448.563)
Saldo contábil, líquido	179.946	47.905	46.552	274.403
Taxa média de amortização (% a.a.)	15%		6%	

Demonstrações Financeiras da Dexco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	89.355	209.003	324.156	108.270	730.784
Adições	61.913	-	-	-	61.913
Baixas	(2.859)	-	-	-	(2.859)
Amortizações	(12.264)	-	-	(26.127)	(38.391)
Variação cambial	(70)	-	-	(987)	(1.057)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2021	136.075	209.003	324.156	81.156	750.390
Saldo inicial em 01/01/2022	136.075	209.003	324.156	81.156	750.390
Adições	65.180	-	-	-	65.180
Baixas	(1.016)	-	-	-	(1.016)
Amortizações	(17.613)	-	-	(25.905)	(43.518)
Variação cambial	(208)	-	-	(2.123)	(2.331)
Aquisição de Controlada - Castelatto	1.162	-	96.539	-	97.701
Início de Consolidação - Caetex	-	-	11.429	-	11.429
Saldo contábil, líquido	183.580	209.003	432.124	53.128	877.835
Saldo em 31/12/2022					
Custo	310.913	209.003	432.124	400.582	1.352.622
Amortização acumulada	(127.333)	-	-	(347.454)	(474.787)
Saldo contábil, líquido	183.580	209.003	432.124	53.128	877.835
Taxa média de amortização (% a.a.)	15%			6%	

Nota 18 – Teste de *impairment* dos ágios

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangível com vida útil indefinida

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (UGC's) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos e compõem as unidades de negócio Madeira (Painéis), Deca (Louças, Metais e Chuveiros) e Revestimentos Cerâmicos.

	Madeira		Deca				Revestimentos			
	Painéis		Metais		Louças		Chuveiros			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor contábil do ágio	45.502	45.502	2.402	2.402	-	-	-	-	267.484	267.484
Valor contábil dos demais ativos	2.037.395	1.646.097	40.828	42.205	209.831	204.903	217.303	242.207	1.438.474	1.134.593
Valor contábil das UGCs	2.082.897	1.691.599	43.230	44.607	209.831	204.903	217.303	242.207	1.705.958	1.402.077
Valor das UGCs pelo fluxo caixa	3.204.470	6.395.037	154.107	273.302	747.036	1.742.279	285.065	634.025	3.454.400	4.623.307
<i>Impairment de ágio</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Impairment de outros intangíveis</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia realizou o teste de valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e considera a relação entre o valor em uso e os valores contábeis das UGC's, quando efetua a revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores dos fluxos de caixa eram superiores aos valores contábeis em todas as unidades de negócios, não havendo a necessidade de contabilização de *impairment*.

Unidade Geradora de Caixa

Os valores recuperáveis foram apurados com base nos valores de uso, e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como as condições operacionais da Companhia.

Principais variáveis utilizadas no cálculo do valor em uso

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos para todas as áreas de Negócios	5 anos para todas as áreas de Negócios
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - <i>Capital Asset Pricing Model</i>)	Todas as áreas de Negócios: 13,50% a.a.(*)	Todas as áreas de Negócios: 11,15% a.a.(*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 0,5% a.a. Louças: 2,1% a.a. Metais: 1,5% a.a. Chuveiros: 1,2% a.a. Revestimentos: 0,6% a.a.	Painéis: (1,8% a.a.) Louças: 7,9% a.a. Metais: 3,5% a.a. Chuveiros: 4,70% a.a. Revestimentos cerâmicos: 2,4% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	5,6% a.a.	3,00% a.a.

(*) Taxa antes do imposto de renda de 20,5 % para 2022 e 16,67% para 2021.

Demonstrações Financeiras da Dexco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

Nota 19 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	31/12/2022		31/12/2021	
				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - Controladora							
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Invest. Itaúsa S.A e 30% Pessoa Física	-	-	5.062	25.605
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Invest. Itaúsa S.A e 30% Pessoa Física	-	-	102	595
FINAME DIRETO com Swap	IPCA + 3,8256% até 4,4176% a.a.	Até Fevereiro 2038	Hipoteca e Aval - 67% Itaúsa S.A e 33% Pessoas Físicas	23.627	696.555	17.236	509.409
FINAME	Pré até 3,5% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária	299	18	2.984	316
Nota de Crédito Exportação	CDI + 0,91% até 1,45% a.a.	Até Abril de 2025		632.942	400.000	-	546.010
Cédula de Crédito Exportação	CDI + 1,81% a.a.	Maio de 2023	30% de Cessão de Direitos Creditórios de Aplicação Financeira	40.149	-	96.000	39.733
Nota Comercial	CDI + 1,7055% a.a.	Março de 2028		10.649	298.997	-	-
Nota Comercial Lastro do CRA com Swap	IPCA + 6,2% a.a.	Até Junho 2032		-	386.327	-	-
Nota Comercial Lastro do CRA	CDI + 0,6% a.a.	Junho 2028		501	200.000	-	-
FINEX 4131	CDI + 0,48% a.a.	Agosto de 2027		16.155	400.000	2.145	400.000
Cédula de Crédito Bancário GIRO	CDI + 1,4495% a.a.	Outubro de 2024		7.464	250.000	4.559	250.000
Total em Moeda Nacional - Controladora				731.786	2.631.897	128.088	1.771.668
Em Moeda Estrangeira - Controladora							
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	US\$ + 2,2610% até 4,6580% a.a.	Até Janeiro de 2027		6.791	782.655	-	-
TOTAL DA CONTROLADORA				738.577	3.414.552	128.088	1.771.668
Em Moeda Nacional - Controladas							
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Invest. Itaúsa S.A e 30% Pessoa Física	-	-	6.727	34.074
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Invest. Itaúsa S.A e 30% Pessoa Física	-	-	390	2.260
CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Dexco S.A.	-	-	699.421	-
Nota Comercial Lastro do CRA com Swap	IPCA + 6,2% a.a.	Até Junho 2032	Aval Dexco	-	194.768	-	-
FNE	Pré 4,71% até 7,53% a.a.	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda. e hipoteca de terreno.	2.703	28.383	1.197	12.347
Total em Moeda Nacional - Controladas				2.703	223.151	707.735	48.681
Em Moeda Estrangeira - Controladas							
LEASING	IBR até + 2%	Mensal	Nota Promissória	431	889	454	1.304
Total em Moeda Estrangeira - Controladas				431	889	454	1.304
TOTAL DAS CONTROLADAS				3.134	224.040	708.189	49.985
TOTAL CONSOLIDADO				741.711	3.638.592	836.277	1.821.653

b) Novos Empréstimos

No 4º trimestre de 2022, a Companhia contratou uma linha de Nota de Crédito à Exportação (NCE) junto ao Rabobank no valor de R\$ 400.000, com vencimento em abril/2025. Adicionalmente, contratou uma linha de 4131 junto ao Scotiabank no valor de U\$ 75.000 com vencimento em novembro/2025 e swap da operação para reais e CDI.

No 2º trimestre de 2022, a Companhia, com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, estruturou sua segunda emissão de notas comerciais escriturais, sob colocação privada, no valor total de R\$ 600.000. As notas comerciais serviram de lastro para a 187ª (centésima octogésima sétima) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. A emissão dos CRAs foi feita em duas series, sendo a 1ª série de R\$ 200.000 com vencimento em 6 anos, com remuneração de CDI + 0,60% a.a., e a 2ª série de R\$ 400.000 com vencimento em até 10 anos, com remuneração de 6,20% a.a., atualizado monetariamente pelo IPCA. A Companhia optou por fazer o swap do indexador da 2ª série para que a emissão fique alinhada ao seu perfil de dívida, assim seu custo final será de aproximadamente 107,97% do CDI. Adicionalmente, a Companhia figurou como avalista da primeira emissão de notas comerciais escriturais da sua controlada integral Duratex Florestal Ltda no valor total de R\$ 200.000. Essas notas comerciais foram lastro da 31ª (trigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio True Securitizadora S.A. Os CRAs possuem vencimento em até 10 anos contados da data de emissão e remuneração de 6,20% a.a., atualizado monetariamente pelo IPCA. Nesta emissão, a Companhia também optou pelo swap do indexador para 108,65% do CDI.

No 1º trimestre de 2022, a Companhia, com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, contratou uma linha de crédito de R\$ 697.000 em março de 2021 no âmbito do BNDES Finame Direto. Até 31 de março de 2022, a Companhia recebeu o total contratado. Os prazos de vencimentos chegam a até 16 anos, sendo os custos IPCA + spread que varia com o prazo que a Companhia optou para o vencimento de cada desembolso da operação. A contratação tem garantia real de planta fabril da Companhia e fiança de 67% da controladora Itaúsa S.A. e 33% de pessoas físicas. Ainda no primeiro trimestre de 2022 a Companhia realizou o desembolso de linha de 4131 com o Scotiabank, no valor de US\$ 75 milhões, prazo de vencimento de 5 anos e swap da operação para reais e CDI. E realizou também sua 1ª emissão de Notas Comerciais no volume de R\$ 300 milhões, taxa de juros indexada ao CDI e prazo de pagamento em 6 anos.

c) Avais e fianças de empréstimos e financiamentos e derivativos

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Dexco S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 482.522 (R\$ 373.252 em 31 de dezembro de 2021). Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, com avais concedidos pela Dexco S.A. foram liquidados (R\$ 699.421 em 31 de dezembro de 2021). E aval concedido em 29 de junho de 2022 para operação com swap da controlada Duratex Florestal no montante de R\$ 8,2 milhões. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a subsidiária Duratex Florestal Ltda concedeu a controlada Caetex Florestal S.A. avais e fianças no montante de R\$ 27.459.

d) Empréstimos e financiamentos por prazo de vencimento

31/12/2022						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2023	731.786	6.791	738.577	734.489	7.222	741.711
Total circulante	731.786	6.791	738.577	734.489	7.222	741.711
2024	289.723	-	289.723	292.243	493	292.736
2025	467.882	391.328	859.210	470.935	391.568	862.503
2026	82.274	-	82.274	86.317	96	86.413
2027	482.274	-	482.274	486.472	60	486.532
2028	578.783	391.327	970.110	583.142	391.327	974.469
2029	42.523	-	42.523	46.352	-	46.352
2030	176.858	-	176.858	246.122	-	246.122
2031	172.188	-	172.188	238.408	-	238.408
2032	172.188	-	172.188	237.853	-	237.853
Demais	167.204	-	167.204	167.204	-	167.204
Total não circulante	2.631.897	782.655	3.414.552	2.855.048	783.544	3.638.592

31/12/2021						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2022	128.088	-	128.088	835.823	454	836.277
Total circulante	128.088	-	128.088	835.823	454	836.277
2023	590.361	-	590.361	597.544	544	598.088
2024	294.324	-	294.324	301.475	486	301.961
2025	72.485	-	72.485	79.795	234	80.029
2026	472.485	-	472.485	480.148	40	480.188
2027	72.485	-	72.485	80.209	-	80.209
2028	72.485	-	72.485	80.276	-	80.276
2029	28.130	-	28.130	29.617	-	29.617
2030	28.131	-	28.131	29.670	-	29.670
2031	28.131	-	28.131	28.661	-	28.661
Demais	112.651	-	112.651	112.954	-	112.954
Total não circulante	1.771.668	-	1.771.668	1.820.349	1.304	1.821.653

e) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.211.873	2.004.709
Captações	909.902	912.619
Atualização monetária e juros	84.811	121.389
Amortizações	(266.370)	(309.308)
Pagamentos de juros	(40.460)	(71.479)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.899.756	2.657.930
Captações	2.303.587	2.499.795
Atualização monetária e juros	278.404	370.562
Amortizações	(129.786)	(875.527)
Pagamentos de juros	(198.831)	(289.554)
Aquisição de Controlada - Castelatto	-	15.543
Início de consolidação Controlada - Caetex	-	1.554
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.153.129	4.380.303

f) Debêntures simples, não conversíveis em ações

Em 17 de maio de 2019, a Companhia efetuou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 1.200.000.000,00. Foram emitidas 120.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 com juros remuneratórios de 108% do CDI, remuneração semestral e vencimento em duas parcelas iguais correspondentes a 50% do valor nominal unitário nas datas de 17 de maio de 2024 e 17 de maio de 2026.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros semestrais	Forma de Amortização	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
									Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª emissão	17/05/2019	simples não conversíveis em ações	17/05/2026	120.000	10.000	1.200.000.000	108% CDI base 252 dias úteis, pagos semestralmente no dia 17 dos meses de maio e novembro	De acordo com o prazo da Debênture	20.573	1.200.000	1.220.573	12.975	1.198.743	1.211.718
Subtotal Debêntures									20.573	1.200.000	1.220.573	12.975	1.198.743	1.211.718
Custo da transação									(368)	(889)	(1.257)	(367)	(1.257)	(1.624)
Total da Debêntures									20.205	1.199.111	1.219.316	12.608	1.197.486	1.210.094

g) Debêntures por prazo de vencimento

31/12/2022		31/12/2021	
Ano	Controladora e Consolidado	Ano	Controladora e Consolidado
2023	20.205	2022	12.975
Total circulante	20.205	Total circulante	12.975
2024	599.556	2024	599.372
2026	599.555	2026	599.371
Total não circulante	1.199.111	Total não circulante	1.198.743

h) Movimentação das debêntures

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.201.012
Atualização monetária e juros	56.317
Custo de transação	368
Pagamentos de juros	(45.979)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.211.718
Atualização monetária e juros	155.435
Custo de transação	709
Pagamentos de juros	(148.546)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.219.316

i) Movimentação de instrumentos derivativos de dívidas

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Atualizações	(9.444)	(9.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(9.444)	(9.444)
Ativo circulante	(14.293)	(14.293)
Passivo circulante	4.849	4.849
Atualizações	242.710	258.316
Pagamentos/recebimentos	(31.196)	(38.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	202.070	210.251
Ativo circulante	(26.898)	(33.023)
Passivo circulante	133.400	147.706
Passivo não circulante	95.568	95.568

j) Cláusulas restritivas**j.1) Empréstimos e financiamentos**

A Dexco possui: (a) Cédula de Crédito Exportação com a Caixa Econômica Federal; (b) duas operações de 4131 com o Scotiabank; (c) 2ª emissão de Notas Comerciais. Essas operações apresentam a restrição de manutenção do índice financeiro abaixo:

(i) Dívida líquida / EBITDA (*) menor ou igual a 4,0;

j.2) Debêntures simples Dexco S.A.

(i) Dívida líquida / EBITDA(*) menor ou igual a 4,0;

A manutenção de “covenants” está baseada no balanço da Dexco S.A., devendo a Companhia manter o limite de cobertura da dívida através das relações acima. Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Companhia deverá solicitar “waiver” dos credores. A Companhia declara que em 31 de dezembro de 2022, as obrigações contratuais relativas aos itens “j.1” e “j.2” estão cumpridas.

(*) EBITDA (“*earning before interest, taxes, depreciation and amortization*”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

Nota 20 – Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Nacionais	622.630	787.572	798.474	1.026.002
Estrangeiros	57.483	95.346	106.664	152.160
Fornecedores partes relacionadas	39.477	53.014	5.232	4.499
Fornecedores nacionais risco sacado	292.276	460.046	325.285	471.000
Total	1.011.866	1.395.978	1.235.655	1.653.661

Fornecedores - risco sacado

A Companhia e suas controladas firmaram convênios junto ao Banco Santander e Itaú, com o objetivo de permitir aos fornecedores no mercado interno, a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias para as instituições financeiras e em troca recebem

antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontado por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passam a ser credoras da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e suas controladas e o fornecedor.

Com base nos requerimentos do IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou que estas transações não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores e, dessa forma, os pagamentos desses títulos são apresentados como saídas de caixa dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa, de acordo com o IAS 7 / CPC 03 (R2), equivalente ao contas a pagar com fornecedores. A Companhia também avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são irrelevantes para mensuração e divulgação.

Nota 21 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	25.728	18.210	80.331	80.596
Participação estatutária	13.799	21.625	17.425	23.172
Fretes e seguros a pagar	15.509	58.407	21.238	65.705
Aquisições de empresas	28.553	28.457	28.758	28.457
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCP's (1)	-	-	32.969	7.157
Comissões a pagar	5.336	10.687	17.518	19.304
Bônus, garantia de produtos, assistência técnica e manutenção	35.009	47.919	61.228	97.828
Aquisições de áreas para reflorestamento	-	-	71.545	28.122
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's (2)	-	-	84.190	84.207
Empréstimos consignados	2.199	1.959	2.892	2.719
Vendas para entrega futura	31.118	16.123	37.932	19.771
Provisão para reestruturação	1.669	2.063	1.669	2.063
Serviços de consultoria	681	949	681	949
Provisão indenização de representantes	14.325	31.723	14.672	31.723
Demais contas a pagar	3.359	18.652	22.357	48.970
Total circulante	177.285	256.774	495.405	540.743
Aquisições de empresas	40.454	40.767	174.953	231.351
Compra de fazenda	-	-	20.165	37.667
Adiantamento de clientes	-	-	11.851	11.432
Garantia de produtos e assistência técnica	7.020	6.913	7.020	6.913
Passivos provisionados com parceiros <i>joint operation</i>	-	-	-	60.446
Benefícios pós emprego (3)	29.247	24.640	36.278	37.800
Demais contas a pagar	4.409	3.464	11.651	7.106
Total não circulante	81.130	75.784	261.918	392.715

(1) SCP's – Sociedade em Conta de Participação;

(2) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores com recursos em espécie;

(3) Valor referente benefício pós-emprego relacionado à assistência médica.

Nota 22 – Impostos e contribuições

A Companhia e suas controladas possuem provisões e passivos tributários federais e estaduais a pagar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	283	53.151	15.505
PIS e COFINS a pagar/ provisão	22.093	896	29.217	6.928
ICMS e IPI a pagar	49.643	27.606	84.528	51.168
INSS a pagar	3.321	956	5.576	2.417
Parcelamento de impostos	-	-	14.718	15.140
Outros impostos a pagar	541	568	1.566	932
Total circulante	75.598	30.309	188.756	92.090
Parcelamento de impostos	-	-	57.333	68.128
Total não circulante	-	-	57.333	68.128

Nota 23 – Provisão para contingências

a) Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em curso, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2020	140.595	86.025	5.172	231.792	Saldo em 31.12.2020	226.422	130.273	144.207	4.965	505.867
Atualização monetária e juros	4.979	12.107	439	17.525	Atualização monetária e juros	5.940	16.550	5.158	-	27.648
Constituição	75.437	17.507	436	93.380	Constituição	113.109	23.218	15.666	-	151.993
Reversão	(146.485)	(20.603)	(1.432)	(168.520)	Reversão	(172.771)	(23.578)	(3.457)	-	(199.806)
Pagamentos	(17.159)	(12.756)	(137)	(30.052)	Pagamentos	(17.159)	(16.587)	(188)	-	(33.934)
					Combinação de negócios	1.280	(26)	(40.951)	-	(39.697)
Saldo final em 31.12.2021	57.367	82.280	4.478	144.125	Saldo final em 31.12.2021	156.821	129.850	120.435	4.965	412.071
Depósitos Judiciais	(6.604)	(24.355)	(221)	(31.180)	Depósitos Judiciais	(9.143)	(30.943)	(48.891)	-	(88.977)
Saldo em 31.12.2021 após compensação dos depósitos judiciais	50.763	57.925	4.257	112.945	Saldo em 31.12.2021 após compensação dos depósitos judiciais	147.678	98.907	71.544	4.965	323.094
Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2021	57.367	82.280	4.478	144.125	Saldo em 31.12.2021	156.821	129.850	120.435	4.965	412.071
Atualização monetária e juros	6.770	8.637	430	15.837	Atualização monetária e juros	12.005	13.007	9.751	-	34.763
Constituição	8.399	23.543	1.728	33.670	Constituição	8.826	36.947	21.174	540	67.487
Reversão	(8.415)	(12.967)	(580)	(21.962)	Reversão	(13.941)	(21.084)	(14.722)	-	(49.747)
Pagamentos	(4.770)	(22.309)	(2.770)	(29.849)	Pagamentos	(7.891)	(28.653)	(7.019)	(536)	(44.099)
					Combinação de negócios	2.055	9.375	17.801	-	29.231
Saldo final em 31.12.2022	59.351	79.184	3.286	141.821	Saldo final em 31.12.2022	157.875	139.442	147.420	4.969	449.706
Depósitos Judiciais	(20.068)	(17.547)	(458)	(38.073)	Depósitos Judiciais	(20.068)	(19.951)	(48.298)	-	(88.317)
Saldo em 31.12.2022 após compensação dos depósitos judiciais	39.283	61.637	2.828	103.748	Saldo em 31.12.2022 após compensação dos depósitos judiciais	137.807	119.491	99.122	4.969	361.389

As contingências tributárias e cíveis envolvem, principalmente, discussões sobre:

1) Tributária: (IR/CS) – Processos judiciais e administrativos visando anular o crédito tributário referente à incidência de IR/CS sobre lucros auferidos por controladas no exterior nos períodos de 1996 a 2002 e 2003, com o direito à compensação do IR pago no exterior por tais controladas. Em 31 de dezembro de 2022 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 5.432 (R\$ 5.248 em 31 de dezembro de 2021).

2) Tributária: Multa de Ofício (Delta IPC) – Ação judicial para anular a cobrança, via execução fiscal, de multa de ofício decorrente de processo administrativo instaurado pela União, com suspensão de exigibilidade, mas com incidência de multa, de débito recolhido após a cassação da

liminar e com desconto total em Anistia. Em 31 de dezembro de 2022 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 3.602 (R\$ 3.355 em 31 de dezembro de 2021).

3) Tributária: Em agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou, em sede de Repercussão Geral, o RE 1072485 que declarou a constitucionalidade da incidência de Contribuição Previdenciária sobre o 1/3 constitucional de férias gozadas, tal decisão modificou o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, sobre a não incidência de contribuição previdenciária sobre o 1/3 constitucional de férias. A Companhia, com base em decisões proferidas em Ação Declaratória não recolhe a referida contribuição desde dezembro de 2010. Com a alteração do entendimento pelo STF a Companhia constituiu provisão, o saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 21.799 (R\$ 24.393 em 31 de dezembro de 2021), referente a contribuição não recolhida entre dezembro de 2010 a fevereiro de 2013, período em que houve o depósito judicial, e de agosto de 2015 em diante. O montante de R\$ 3.582 foi baixado da provisão, referente ao período posterior a decisão do leading case do STF (ago/20 - mai/22).

4) Tributária (IR/CS) – Processo administrativo visando anular crédito tributário decorrente da descon sideração da dedutibilidade do IR/CS de multas e encargos realizada no ano de 2017, de débitos da Ceusa, atual Dexco Revestimentos, reconhecidos e provisionados contabilmente no ano de 2016, e cuja provisão foi revertida no ano de 2017 quando os débitos da Ceusa foram quitados e a provisão contábil foi deduzida do Lucro Real. A provisão total da autuação foi constituída em setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 20.080 (R\$ 18.966 em 31 de dezembro de 2021).

5) Tributária (PIS/COFINS) – Processo judicial e processo administrativo visando anular o crédito tributário referente à incidência de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas (ativos imobilizados), realizadas nos períodos de 2011 e 2017. A provisão total dos valores discutidos na esfera administrativa e judicial foi constituída em setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 19.593 (R\$ 17.637 em 31 de dezembro de 2021).

6) Tributária (PIS/COFINS) – Discussão através de processo administrativo visando anular a glosa de crédito de PIS/COFINS tomado pela Companhia no período de 2015, principalmente sobre bens e serviços adquiridos para manutenção de bens do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2022 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 10.773 (R\$ 9.911 em dezembro de 2021).

7) Cível: Em 2018, foi provisionado o valor de R\$ 63.941 (R\$ 42.202 líquido dos efeitos tributários), decorrente de decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que afetou as controladas Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., incorporada pela controlada Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A., Cerâmica Portinari S.A. (Portinari), incorporada pela Cecrisa, em face de dívida de honorários de sucumbência da empresa Balneário Conventos S.A. pertencente ao fundador da Cecrisa e ex-controlador, desvinculado dos negócios das empresas desde o início dos anos 2000. Ressalta-se que em 2012 os herdeiros venderam o controle acionário das empresas para o Fundo Vinci Partners. Por consequência, as empresas tiveram seu faturamento penhorado no montante de 2,77% sobre a receita líquida mensal e os depósitos vem ocorrendo desde então. As controladas vêm ingressando com todos os recursos possíveis para alcançar o reconhecimento de que não é responsável por esta dívida, já que o processo principal tramitou por 30 anos sem que a Cecrisa e Portinari fizessem parte do polo passivo da ação, tendo inclusive a Ré original realizado acordo judicial do débito principal com os credores, pagando a dívida em prestações. Em 31 de dezembro de 2022, o valor provisionado é de R\$ 47.438 (R\$ 47.438 em 31 de dezembro de 2021).

b) Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, previdenciária, cível e trabalhista, com risco de perda classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos no montante de R\$ 767.213 (R\$ 491.791 em 31 de dezembro de 2021). Os principais valores são: 1) R\$ 321.439 (R\$ 303.699 em 31 de dezembro de 2021) relativo à tributação (IR/CS) sobre suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, realizadas nos exercícios de 2006 (terras) e 2009 (florestas) da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda. Ambos os processos encontram-se em discussão no judiciário. 2) R\$ 197.289 relativo a afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC incorrida na restituição do indébito tributário 3) Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glosa de crédito, recolhimento e multa relativos a ICMS, no total de R\$ 72.349 (R\$ 63.779 em 31 de dezembro de 2021). 4) Referem-se às ações de cobranças movidas por fornecedores, no total de R\$ 3.444 (R\$ 9.668 em 31 de dezembro de 2021). 5) Processos trabalhistas no total de R\$ 7.675 (R\$ 33.030 em 31 de dezembro de 2021). Os demais processos no total de R\$ 165.017 (R\$ 81.615 em 31 de dezembro de 2021), referem-se a processos cíveis e tributários cuja contingência não ultrapassa individualmente R\$ 20 milhões.

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente e administrativamente o ressarcimento dos tributos, indicados no quadro abaixo, com possibilidade de êxito provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nas demonstrações financeiras:

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito prêmio de IPI 1980 a 1983 e 1985	157.284	139.507
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	135.165	102.468
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)	12.468	11.733
INSS - Contribuições Previdenciárias	20.404	19.187
CPMF - diferencial de alíquota	4.532	4.059
Outros	10.664	10.634
Total	340.517	287.588

d) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Até a emissão destas demonstrações, ainda não houve o trânsito em julgado da medida judicial da Companhia, relativa ao CNPJ extinto da Duratex S.A., após a associação com a Satipel e Duratex Florestal Ltda, que abrange o período de 2001 a 2015.

Nota 24 – Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

O capital social autorizado da Dexco S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 3.370.189, representado por 837.059.246, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em reunião de 15 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia que passou de R\$ 2.370.189 para R\$ 3.370.189, mediante capitalização de reservas de lucros e simultânea bonificação em ações, atribuindo-se aos

acionistas 1 (uma) ação para cada lote de 10 (dez) ações de que fossem titulares na posição no final do dia 20 de dezembro de 2022.

b) Ações em Tesouraria

	Nº de ações	Saldo
Saldo em 31.12.2021	6.489.405	103.113
Aquisições no exercício	20.000.000	274.904
Bonificação	2.648.940	-
Saldo em 31.12.2022	29.138.345	378.017

Preço das Ações			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
3,92	17,48	12,54	6,78

Baseado na última cotação de mercado em 31 de dezembro de 2022, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 197.558 (R\$ 97.081 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de Capital	376.695	366.122
Ágio na subscrição de ações	218.731	218.731
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas a exercer	20.079	28.197
Opções Outorgadas vencidas	91.765	83.829
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 31)	-	(2.850)
Incentivos de longo prazo (Nota 32)	13.989	6.084
Transações de capital com sócios	(18.731)	(18.731)
Outros Resultados Abrangentes	566.379	716.462
Reservas de Reavaliação	34.274	35.094
Ajuste de avaliação patrimonial (c.2)	532.105	681.368
Reservas de Lucros	1.963.650	2.410.475
Legal	372.740	334.947
Estatutária	1.288.332	1.872.032
Dividendo adicional proposto	45.427	-
Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	257.151	203.496
Ações em tesouraria	(378.017)	(103.113)

c.1) Movimentação das reservas de lucros

	Reservas estatutárias						Total
	Reserva legal	Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas	Dividendos adicionais propostos	
Saldo em 31/12/2020	248.677	113.748	738.034	576.670	584.910	90.378	2.352.417
Reversão após aprovação da AGO	-	-	-	-	-	(90.378)	(90.378)
Dividendos complementar 2020	-	-	(300.000)	-	-	-	(300.000)
Constituição	86.270	46.865	469.429	163.914	81.958	-	848.436
Incentivos fiscais anos anteriores	-	42.883	(42.883)	-	-	-	-
Aumento de capital com reservas	-	-	(260.000)	(70.000)	(70.000)	-	(400.000)
Saldo em 31/12/2021	334.947	203.496	604.580	670.584	596.868	-	2.410.475
Constituição	37.793	40.311	286.030	71.807	71.807	-	507.748
Incentivos fiscais anos anteriores	-	13.344	(13.344)	-	-	-	-
Aumento de capital com reservas	-	-	(500.000)	(250.000)	(250.000)	-	(1.000.000)
Dividendos excedentes ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	45.427	45.427
Saldo em 31/12/2022	372.740	257.151	377.266	492.391	418.675	45.427	1.963.650

c.2) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Benefício pós-emprego	(7.319)	(5.692)
Equivalência patrimonial reflexa benefício pós-emprego	(3.084)	(4.430)
Equivalência patrimonial reflexa(*)	105.065	29.589
Instrumentos financeiros	(72.995)	(5.241)
Ajustes de conversão de balanços	89.247	245.951
Outros	421.191	421.191
Total	532.105	681.368

(*) Equivalência patrimonial reflexa sobre operações de Hedge da coligada LD Celulose S.A e da controlada Duratex Florestal Ltda.

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social).

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (Inciso I do caput do Artigo 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 85.790 (R\$ 77.320 em 2021) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 20.738 (R\$ 17.668 em 2021) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba, R\$ 16.798 (R\$ 15.739 em 2021) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, R\$ 22.953 (R\$ 22.953 em 2021) do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul e R\$ 110.872 (R\$ 69.816 em 2021) de outras subvenções para investimentos.

d) Destinação do lucro líquido

O Conselho de Administração em reunião de 8 de março de 2023 aprovou as demonstrações financeiras e conseqüentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2022, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	755.861	1.725.407
(-) Reserva legal	(37.793)	(86.270)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(40.311)	(46.865)
(+) Realização da reserva de reavaliação	820	1.025
(-) Dividendos	(203.573)	(878.401)
= Lucros Acumulados	475.004	714.896
Venda de ações em tesouraria (stock options)	-	405
Equivalência patrimonial reflexa	67	-
Destinação para reservas de lucros:		
Equalização dos dividendos	(286.030)	(469.429)
Reforço de capital de giro	(71.807)	(163.914)
Aumento de capital em empresas participadas	(71.807)	(81.958)
Dividendo adicional proposto	(45.427)	-
= Lucros Acumulados após destinação	-	-

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram calculados como segue:

Demonstrações Financeiras da Dexco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

Lucro líquido do exercício	755.861	1.725.407
(-) Reserva legal	(37.793)	(86.270)
(-) Incentivos fiscais	(40.311)	(46.865)
(+) Realização de reserva de reavaliação	820	1.025
Lucro líquido ajustado	678.577	1.593.297
a) Dividendo mínimo obrigatório (30%)	203.573	477.989
Em reunião de 09 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração declarou juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1,03414415 por ação, no montante de R\$ 709.304 e;	-	709.304
dividendos no valor de R\$0,24654277 por ação no montante de R\$ 169.097, pagos em 23.12.2021.	-	169.097
O Conselho de Administração em reunião realizada em 26/12/2022 "ad referendum" da Assembleia Geral deliberou declarar juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 0,3390183368 por ação que totaliza R\$ 249.000	249.000	-
b) Dividendos e JCP do resultado do exercício	249.000	878.401
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (15%)	(37.350)	(106.396)
c) Dividendos e JCP declarados, líquidos de Imposto de renda na fonte (IRRF)	211.650	772.005
d) Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório = (b-a)	45.427	400.412

Em reunião de 26 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração declarou juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,3390183368 por ação, no montante de R\$ 249.000.

Nota 25 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado, florestas e estoques.

A Companhia também mantém em vigência, apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

Nota 26 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas	7.622.777	7.586.368	10.462.893	10.151.737
Mercado interno	6.878.297	6.934.749	8.705.889	8.583.878
Mercado externo	744.480	651.619	1.757.004	1.567.859
Impostos e contribuições sobre vendas	(1.488.327)	(1.536.848)	(1.976.243)	(1.981.496)
Receita líquida de vendas	6.134.450	6.049.520	8.486.650	8.170.241

Nota 27 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos produtos vendidos				
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	597.866	129.444
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	965.227	687.877	1.011.997	857.147
Matérias-primas e materiais de consumo	(4.292.885)	(3.576.338)	(4.996.283)	(4.338.096)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(646.054)	(592.295)	(991.308)	(885.438)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(259.872)	(242.679)	(788.160)	(650.702)
Despesas de transporte	(8.078)	(7.841)	(16.533)	(13.631)
Outras despesas	(354.871)	(304.225)	(432.442)	(399.117)
Total custo dos produtos vendidos	(4.596.533)	(4.035.501)	(5.614.863)	(5.300.393)
Despesas com vendas				
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(147.742)	(107.420)	(162.998)	(161.428)
Comissões	(44.569)	(91.053)	(100.473)	(143.520)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(1.008)	(1.540)	(3.338)	(3.770)
Despesas de transporte	(561.143)	(443.536)	(630.327)	(514.516)
Despesas de publicidade	(82.239)	(76.044)	(131.232)	(115.188)
Outras despesas	(46.677)	(36.671)	(91.373)	(67.620)
Total despesas com vendas	(883.378)	(756.264)	(1.119.741)	(1.006.042)
Despesas gerais e administrativas				
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(102.590)	(90.547)	(159.899)	(142.678)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(17.038)	(13.770)	(28.042)	(21.868)
Serviços de terceiros	(49.064)	(37.689)	(69.679)	(53.200)
Outras despesas	(41.998)	(48.365)	(61.455)	(67.189)
Total despesas gerais e administrativas	(210.690)	(190.371)	(319.075)	(284.935)
Total despesas por natureza	(5.690.601)	(4.982.136)	(7.053.679)	(6.591.370)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	597.866	129.444
Custo dos produtos vendidos	(4.596.533)	(4.035.501)	(6.212.729)	(5.429.837)
Despesas com vendas	(883.378)	(756.264)	(1.119.741)	(1.006.042)
Despesas gerais e administrativas	(210.690)	(190.371)	(319.075)	(284.935)
Total	(5.690.601)	(4.982.136)	(7.053.679)	(6.591.370)

Nota 28 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	131.050	44.526	189.635	62.355
Varição cambial	59.813	50.378	62.455	67.693
Atualizações monetárias	61.126	16.134	77.692	22.126
Juros e descontos obtidos	6.210	4.062	9.392	7.082
Atualizações exclusão ICMS na base Pis e Cofins	35.511	237.226	45.217	244.604
Total	293.710	352.326	384.391	403.860
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(545.094)	(143.656)	(656.754)	(179.816)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	(11.838)	-	(11.957)	(59)
Varição cambial	(71.335)	(25.708)	(95.015)	(45.834)
Atualizações monetárias	(11.132)	(6.862)	(91.809)	(25.148)
Operações com derivativos	(22.295)	(15.914)	(8.552)	(10.838)
Taxas bancárias	(2.284)	(2.776)	(6.570)	(6.546)
Imposto de operações financeiras	(455)	(559)	(483)	(618)
Juros sobre passivo de arrendamento	(2.215)	(1.856)	(7.194)	(5.629)
Pis e Cofins sobre resultado financeiro	(24.626)	(2.695)	(27.306)	(7.876)
Outras	(8.939)	(14.734)	(10.429)	(23.823)
Total	(700.213)	(214.760)	(916.069)	(306.187)
Total do resultado financeiro	(406.503)	137.566	(531.678)	97.673

Nota 29 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Amortização de carteira de clientes	(25.760)	(25.957)	(25.905)	(26.127)
Amortização de mais valia de ativos	(9.522)	(3.820)	(9.522)	(3.820)
Participações, Stock Option e ILP	(23.832)	(33.788)	(27.884)	(35.506)
Atualizações dos créditos com plano de previdência complementar	10.680	(296)	12.245	2.355
Créditos Prodep - Reintegra	5.932	5.377	6.181	5.550
Créditos operacionais com fornecedores	15.830	6.688	15.830	6.688
Reversão de provisão Icms base Pis e Cofins	-	94.210	-	113.346
Exclusão do ICMS na base do Pis e Cofins	-	386.247	-	392.213
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	38.869	(803)	11.209	(54.332)
Total resultados operacionais	12.197	427.858	(17.846)	400.367

Nota 30 – Imposto de renda e contribuição social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

a) Reconciliação do IRPJ e CSLL no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	725.553	1.894.304	917.545	1.989.065
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(246.689)	(644.063)	(311.965)	(676.282)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre adições e exclusões ao resultado	276.997	475.166	159.342	412.899
Juros sobre o Capital Próprio	9.860	241.163	84.660	241.163
Resultado da Equivalência Patrimonial	236.385	94.963	18.561	(23.327)
Diferença de tributação de empresa controlada	-	-	35.241	20.184
Incentivos Fiscais	861	16.353	2.836	23.196
Subvenções Governamentais não Tributadas	13.527	18.908	18.687	23.896
Atualização Selic s/ICMS na Base do PIS/COFINS	12.074	80.485	15.374	106.850
Outras adições e exclusões	4.290	23.294	(16.017)	20.937
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado do exercício	30.308	(168.897)	(152.623)	(263.383)
Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.319)	(170.478)	(114.212)	(270.430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.627	1.581	(38.411)	7.047
Taxa efetiva %	4%	-9%	-17%	-13%

b) Não incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic no crédito decorrente de repetição do indébito

Em 27 de setembro de 2021, o Plenário do E. STF negou provimento ao recurso extraordinário 1.063.187/SC, dotado de repercussão geral, interposto pela União, fixando a seguinte tese: “É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”.

A Companhia e suas controladas possuem ações judiciais anteriores ao julgamento do mérito da repercussão geral. Assim, seguindo a decisão do STF, não houve a tributação da SELIC pelo IRPJ e CSLL.

Nota 31 – Plano de opções de ações

Conforme previsão estatutária, a Companhia possuía plano para outorga de opções de ações com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Dexco.

As opções conferiram aos seus titulares o direito de observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Dexco.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano foram propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse Comitê submetia à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só houve outorga de opções com relação aos exercícios em que foi apurado lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções que foram outorgadas em cada exercício não ultrapassou o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas controladores e não controladores possuíam na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Dexco foi fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerou a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das

opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2016	2018	2019
Total de opções de ações outorgadas	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	4,00	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,9 anos	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,9 anos	3,8 anos	3,7 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2016	2018	2019
Volatilidade do preço da ação	39,82%	38,09%	38,49%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	94,90%	94,90%	94,90%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Nos anos de 2015, 2017, 2020 e 2021 não houve outorgas de opção de ações da Companhia.

(1) cupom IGP-M.

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data Outorga	Qty Outorgada	Data da carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer 31/12/2022	Preço Opção	Valor Total	Competência							
								Vencidas	2016 a 2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Vencidas até 31/12/2021								94.965	-	-	-	-	-	-	
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	31/12/2024	5,74	58.830	4,00	5.492	-	2.766	1.458	1.268	-	-	-	
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	31/12/2026	9,02	651.118	5,19	5.381	-	-	999	1.620	1.381	1.381	-	
13/05/2019	1.976.673	31/12/2022	31/12/2027	9,80	1.755.602	5,17	10.220	-	-	-	1.787	2.811	2.811	2.811	
Soma					4.025.818		2.465.550	21.093	94.965	2.766	2.457	4.675	4.192	4.192	2.811
Efetividade de exercício							95,19%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%
Valor apurado							20.079	91.765	2.673 (1)	2.337 (2)	4.446 (3)	3.977 (4)	3.978 (5)	2.668 (6)	

(1) Valor contabilizado contra o resultado no exercício de 2016 e 2017;

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2018;

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2019;

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2020;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2021;

(6) Valor contabilizado contra o resultado em 2022;

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 29.138.345 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 32– Plano de incentivo de Longo Prazo

Em 30 de abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e de suas controladas (Plano ILP). O ILP tem por finalidade: i) estimular o compromisso dos executivos da Dexco no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da Companhia; ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da Companhia; e iii) proporcionar a Companhia, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado.

Critério do Plano de ILP**a) Performance shares**

No âmbito do Plano Performance, serão transferidas ações de emissão da Dexco aos participantes em caso de atingimento da meta de performance, com base no planejamento estratégico da Dexco para o período de 5 (cinco) anos.

A meta de Performance será definida pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Dexco anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração.

Para o recebimento das ações, deverá ser observado o período de carência de 5 (cinco) anos e a permanência do participante na Dexco. A quantidade de ações terá como referência de preço a média dos últimos 30 pregões.

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 37º mês, o participante receberá, ao final do período de 5 anos, ações em quantidade proporcional ao período trabalhado. Ocorrendo o desligamento voluntário, o participante perderá o direito às ações independentemente do período transcorrido.

O Plano de Performance será aplicável somente a Diretores (“Estatutários e não Estatutários”).

b) Matching

A Dexco convidará o beneficiário a investir percentual do seu ICP (incentivo de curto prazo) líquido recebido, comprando ações da Companhia.

O matching das ações será efetuado na forma a seguir descrita:

(i) ao completar 4 anos de investimento a Dexco procederá a transferência de 50% das ações ao Beneficiário e somente as ações transferidas poderão ser comercializadas pelo beneficiário; e

(ii) ao completar 5 anos de investimento, a Dexco concluirá a integralidade do aporte de 100% do matching através da transferência dos 50% restante das ações ao beneficiário.

Para ter direito ao matching completo, o beneficiário não poderá comercializar as ações compradas por ele no momento do investimento até que se complete a carência de 5 anos, ou seja, caso o beneficiário venda as ações antes do prazo de 5 (cinco) anos, perderá o direito ao matching.

A transferência está condicionada à permanência do beneficiário na Dexco e à manutenção do investimento efetivado com a compra das ações.

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 13º mês da concessão, o participante terá direito ao matching pro rata temporis a ser quitado ao final de 5 anos. Ocorrendo o desligamento voluntário o Beneficiário perderá o direito ao matching.

O Plano de Matching será aplicável somente a Diretores (“Estatutários e não Estatutários”).

c) Ações Restritas

Serão transferidas ações da Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que atendidos todos os termos e condições aqui previstos.

O Conselho de Administração, concederá, de forma discricionária, ações aos participantes que no período de um ano tiver em performance diferenciada e gerarem alto impacto para o negócio da Dexco.

A referida outorga obedecerá: (i) critérios de formação de pool elegível; (ii) banco de talentos; (iii) desempenho consistente nas metas individuais; e (iv) avaliação de potencial. As ações serão transferidas após o prazo de 3 (três) anos da concessão.

Em caso de desligamento sem justa causa, a partir do 13º mês da concessão, o participante terá direito ao matching pro rata temporis a ser quitado ao final do 3º ano. Ocorrendo o desligamento voluntário, o participante perderá o direito às ações independentemente do período transcorrido.

Essa modalidade de Plano será aplicável aos colaboradores-empregados (“colaboradores”), admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”).

Condição e limite anual para outorga de ações

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas.

A quantidade total de ações a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas possuírem na data do balanço de encerramento do exercício anterior.

Segue abaixo quadro demonstrativo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	1.000	411
Plano de incentivo de longo prazo - Matching	1.451	651
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	370	318
Total passivo	2.821	1.380
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	5.002	2.054
Plano de incentivo de longo prazo - Matching	7.254	3.254
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	1.734	776
Total patrimônio líquido	13.990	6.084
	31/12/2022	31/12/2021
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	3.537	2.084
Plano de incentivo de longo prazo - Matching	4.800	2.922
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	1.351	775
Total apropriado no resultado do exercício	9.688	5.781

Nota 33 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2022, com 4.662 participantes (5.064 participantes em 31 de dezembro 2021).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência de os participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelos atuários, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, totalizou, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 110.274 (R\$ 98.029 em 31 de dezembro de 2021). O aumento de R\$ 12.245 foi reconhecido no resultado na rubrica “Outros resultados operacionais, líquidos”. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais	(1.017.438)	(951.305)
Valor justo dos ativos	1.155.458	1.517.121
Ativo calculado	138.020	565.816
Restrição do Ativo devido ao Limite	(27.746)	(467.787)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	110.274	98.029

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica à concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em outubro de 2020 conforme portaria 670 da PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido – BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R\$ 6.505, (R\$ 4.293 líquido dos efeitos tributários). Esse montante está sendo recebido de acordo com a Resolução CGPC nº 30 de outubro de 2018.

Esses montantes serão reconhecidos em 36 parcelas de acordo com a Resolução CGPC nº 30, de outubro de 2018, o valor a receber em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 3.134 (R\$ 8.078 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 8.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2022:

Demonstrações Financeiras da Dexco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais	(58.700)	(59.302)
Valor justo dos ativos	87.487	96.348
(Passivo) / Ativo calculado com base no CPC 33 R1/IAS 19	28.787	37.046
Superavit irrecuperável no final do exercício	(26.129)	(28.895)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	2.658	8.151

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	9,67%	9,13%
Taxa de inflação	3,50%	3,75%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	4,43%
Crescimento dos benefícios	3,50%	3,75%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2022	31/12/2021
Tábua de mortalidade	AT - 2000 - desagravada em 10%	AT - 2000 - desagravada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 - desagravada em 70%	RRB 1944 - desagravada em 70%
Tábua de rotatividade	Atuário especialista	Atuário especialista
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 34 – Plano assistência médica “Pós-emprego”

a) Plano assistência médica “Pós-emprego”

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com coparticipação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, por meio de 10 operadoras de saúde, que totalizam 29.408 vidas (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98. Em 31 de dezembro de 2022, o passivo atuarial é de R\$ 23.580 (R\$18.940 em 31 de dezembro de 2021) controladora e R\$ 29.065 (R\$ 25.053 em 31 de dezembro de 2021) consolidado.

A Companhia contratou consultoria especializada para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e elaboração do relatório de contabilização CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 6,03% a.a. para 2022 e 5,30% a.a. para 2021, ambos líquidos de inflação. Quando adicionado da taxa de

Demonstrações Financeiras da Dexco S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

inflação esperada de longo prazo, de 3,50% a.a. para 2022 e 3,75% a.a. para 2021, temos uma taxa de desconto nominal de 9,74% a.a. e 9,25% a.a. respectivamente.

Hipóteses Financeiras

Item	31/12/2022	31/12/2021
Taxa Real de Juros	6,03% a.a.	5,30% a.a.
Inflação	3,50%	3,75%
Taxa de tendência de custos de assistência médica (HCCTR)	Reduzindo 0,5% a.a. de 5,50% a.a. (2023) até estabilizar em 1% (a partir de 2032)	Reduzindo 0,5% a.a. de 6% (2022) até estabilizar em 1% (a partir de 2032)
Fator de envelhecimento (Aging Factor)	3,00% a.a. por idade	3,00% a.a. por idade
Evolução das Contribuições	HCCTR	HCCTR

Hipóteses Biométricas

Item	31/12/2022	31/12/2021
Tábua de mortalidade	AT 2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Rotatividade	Experiência Dexco 2022	Experiência Dexco 2021
Entrada em aposentadoria	100% aos 55 anos	100% aos 55 anos
Entrada em Invalidez	RRB-1944 suavizada em 70% segregada por sexo	RRB-1944 suavizada em 70% segregada por sexo
Tábua de Mortabilidade de Inválidos	RRB-83	RRB-83
Take Up	26%, baseado na experiência da Dexco	26%, baseado na experiência da Dexco
Composição Familiar dos Ativos	95% casados na aposentadoria	95% casados na aposentadoria

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo atuarial líquido no início do exercício	18.940	26.955	25.053	35.744
Efeito no resultado do exercício	2.001	2.597	2.334	3.027
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	2.463	(10.612)	424	(13.718)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	23.404	18.940	27.811	25.053

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	6	140	17	254
Juros sobre as obrigações	1.995	2.457	2.317	2.773
Total reconhecido no resultado	2.001	2.597	2.334	3.027

Análise de sensibilidade das hipóteses

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Inflação médica				
1,00%	(3.826)	(3.917)	(3.112)	(3.107)
-1,00%	4.792	5.019	4.232	4.393
Taxa de desconto				
0,25%	1.022	1.065	880	904
-0,25%	(965)	(1.002)	(841)	(831)

b) Plano assistência médica funcionários afastados

A Companhia oferece benefício de plano de saúde para empregados afastados. Neste contexto, a Companhia contratou especialistas atuariais para reavaliação da avaliação atuarial dos passivos de acordo com CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizados nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 5,96% a.a. para 2022 e 5,19% a.a. para 2021, líquidas de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 3,50% a.a. para 2022 e 3,75% a.a. para 2021, temos uma taxa de desconto nominal de 9,67% a.a. para 2022 e 9,13% a.a. para 2021.

Hipóteses Financeiras

Item	31/12/2022	31/12/2021
Taxa Real de Juros	5,98% a.a.	5,19% a.a.
Inflação	3,50%	3,75%
Taxa de tendência de custos de assistência médica (HCCTR)	Reduzindo 0,5% a.a. de 5,50% a.a. (2023) até estabilizar em 1% (a partir de 2032)	Reduzindo 0,5% a.a. de 6% a.a. (2022) até estabilizar em 1% (a partir de 2032)
Fator de envelhecimento (Aging Factor)	3,00% a.a. por idade	3,00% a.a. por idade
Evolução das Contribuições	HCCTR	HCCTR

Hipóteses Biométricas

Item	31/12/2022	31/12/2021
Tábua de mortalidade	AT 2000 suavizada em 20% segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10% segregada por se
Rotatividade	N/A	N/A
Entrada em aposentadoria	Idade menor que 60 anos: 100% aos 60 anos Idade maior ou igual a 60 anos: (idade + 2) anos de afastamento	Idade menor que 60 anos: 100% aos 60 anos Idade maior ou igual a 60 anos: (idade + 2) anos de afastamento
Entrada em Invalidez	N/A	N/A
Tábua de Mortabilidade de Inválidos	RRB-83 Apenas titular é avaliado, dependentes pagam 100% do plano quando do afastamento do titular	RRB-83 Apenas titular é avaliado, dependentes pagam 100% do plano quando do afastamento do titular
Composição Familiar dos Ativos		
Probabilidade de Retorno do Afastamento (anos de afastamento)	Acima de 2 anos: 0%	Acima de 2 anos: 0%

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo atuarial líquido no início do exercício	5.699	5.782	12.747	14.352
Efeito reconhecido no resultado do exercício	142	(83)	(4.280)	(1.605)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	5.841	5.699	8.467	12.747

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre as obrigações	1.028	869	1.100	982
Ganho/perda	(886)	(952)	(5.380)	(2.587)
Total reconhecido no resultado	142	(83)	(4.280)	(1.605)

Análise de sensibilidade das hipóteses

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Inflação médica				
+ 1,0%	476	(750)	425	(811)
- 1,0%	(429)	(674)	(384)	(620)
Taxa de desconto				
+ 0,25%	(105)	166	(95)	179
- 0,25%	108	(171)	97	(185)

Nota 35 – Lucro por ação**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia como ações em tesouraria.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	755.861	1.725.407
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	767.304	697.549
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(24.654)	(4.695)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	742.650	692.854
Lucro básico por ação	1,0178	2,4903

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas e ajustadas pelo programa de *Stock Options*.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	755.861	1.725.407
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	767.304	697.549
Opções de compra de ações	2.466	4.158
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(24.654)	(4.695)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações (em milhares)	745.116	697.012
Lucro diluído por ação	1,0144	2,4754

Nota 36 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado nos segmentos: Divisão Madeira, Deca, Revestimentos e Celulose Solúvel. Os segmentos apresentados nas informações contábeis financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2022					31/12/2021				
	Madeira	Deca	Revestimentos	Celulose solúvel	Consolidado	Madeira	Deca	Revestimentos	Celulose solúvel	Consolidado
Receita Líquida de vendas	5.205.392	2.136.248	1.145.010	-	8.486.650	4.762.430	2.250.542	1.157.269	-	8.170.241
Mercado interno	3.811.376	2.043.448	1.038.332	-	6.893.156	3.570.817	2.129.619	1.041.980	-	6.742.416
Mercado externo	1.394.016	92.800	106.678	-	1.593.494	1.191.613	120.923	115.289	-	1.427.825
Variação do valor justo dos ativos biológicos	597.866	-	-	-	597.866	129.444	-	-	-	129.444
Custo dos produtos vendidos	(3.268.522)	(1.483.730)	(687.728)	-	(5.439.980)	(2.631.693)	(1.466.938)	(679.098)	-	(4.777.729)
Depreciação, amortização e exaustão	(459.564)	(90.579)	(52.800)	-	(602.943)	(396.495)	(92.584)	(46.773)	-	(535.852)
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(169.806)	-	-	-	(169.806)	(116.256)	-	-	-	(116.256)
Lucro Bruto	1.905.366	561.939	404.482	-	2.871.787	1.747.430	691.020	431.398	-	2.869.848
Despesas com vendas	(637.396)	(277.611)	(204.734)	-	(1.119.741)	(528.316)	(326.338)	(151.388)	-	(1.006.042)
Despesas gerais e administrativas	(123.176)	(136.444)	(57.344)	(2.111)	(319.075)	(121.802)	(122.897)	(38.265)	(1.971)	(284.935)
Honorários da administração	(11.490)	(7.297)	(1.708)	-	(20.495)	(10.641)	(7.161)	(1.434)	-	(19.236)
Outros resultados operacionais, líquidos	(12.977)	15.298	(20.167)	-	(17.846)	246.164	194.990	(40.787)	-	400.367
Resultado de equivalência patrimonial	23	(72)	-	54.642	54.593	-	-	-	(68.610)	(68.610)
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	1.120.350	155.813	120.529	52.531	1.449.223	1.332.835	429.614	199.524	(70.581)	1.891.392

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.4.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Nota 37 – Transações Não-Caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Novos contratos e atualizações de arrendamentos	31.744	4.704	285.355	68.180
Baixa de contratos de arrendamentos	(16)	(2.185)	(47.532)	(2.219)
JCP provisionados e não pagos	203.573	-	203.573	-
Instrumentos derivativos de dívida	202.070	(9.444)	210.251	(9.444)
Total	437.371	(6.925)	651.647	56.517

Nota 38 – Eventos Subsequentes**a) Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - Eficácia da Coisa Julgada Tributária**

No dia 08 de fevereiro de 2023, através do julgamento dos temas 881 e 885, o Supremo Tribunal Federal - STF - determinou a perda dos efeitos da coisa julgada individual a partir da mudança de entendimento da corte, em relações jurídicas de trato continuado de natureza tributária.

Na análise das decisões individuais transitadas em julgado da Companhia e de suas controladas e, considerando o teor do entendimento do STF publicado até o momento, não foi identificada nenhuma decisão que tenha sofrido modificação no posicionamento dessa corte em controle de constitucionalidade, considerando os períodos ainda não decaídos.

b) Linha de Crédito de Financiamento

Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia obteve uma linha de crédito de financiamento à exportação (FINEX) junto ao Banco Santander S.A, no valor de R\$ 500 milhões, com vencimento previsto para dezembro de 2023.